



MUNICÍPIO DE CANOAS / RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

CONCURSO PÚBLICO
Edital de Abertura nº 61/2015

Realização
Fundação
La Salle

MUNICÍPIO DE CANOAS / RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL DE ABERTURA Nº 61/2015

O Prefeito do Município de Canoas/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, por este Edital de Abertura, que realizará Concurso Público, através de provas seletivas de caráter competitivo, sob a coordenação técnico-administrativa da Fundação La Salle, para o provimento de cargos/ocupações de seu Quadro Geral, e formação de cadastro reserva para o quadro efetivo de servidores, de acordo com a Lei Municipal nº 5.877, de 31 de Outubro de 2014, que dispõe sobre os Cargos, as Carreiras e o Sistema de Remuneração do Quadro Geral da Administração Pública de Canoas, com ingresso sob o regime Estatutário. O Concurso Público reger-se-á pelas disposições contidas na legislação municipal vigente, bem como pelas normas contidas neste Edital de Abertura.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1 Este Concurso Público destina-se a candidatos para o provimento de vagas para ingresso imediato e à formação de cadastro reserva em cargos/ocupações públicos efetivos, com formação escolar de nível superior, conforme atribuições e condições de provimento dos cargos/ocupações apresentados no Anexo I deste Edital.
- 1.2 A forma de seleção dos candidatos, observadas as atribuições e condições de provimento por cargo/ocupação, dar-se-á por dois modos:
a) acesso por cota Universal;
b) acesso por cota de Pessoa Com Deficiência (PCD).
- 1.3 O candidato que desejar concorrer pela cota de PCD deverá comprovar sua condição conforme as normas descritas neste Edital.
- 1.4 As provas seletivas serão aplicadas prioritariamente no município de Canoas/RS, podendo ocorrer em outras cidades da região metropolitana, a critério da Fundação La Salle.
- 1.5 As declarações e informações prestadas no processo de inscrição são de responsabilidade única e exclusiva do candidato.
- 1.6 O Concurso Público consistirá de provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos/ocupações, ~~de prova dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório, exclusivamente, para o cargo/ocupação Especialista Municipal / Procurador Municipal,~~ e de provas de títulos, de caráter classificatório, para os cargos/ocupações de nível escolar superior.
- 1.7 O desconhecimento do conteúdo deste Edital e de eventuais retificações publicadas não poderá ser utilizado como forma de justificativa para eventuais prejuízos requeridos pelo candidato.
- 1.8 Os Anexos, listados abaixo, compõem a íntegra deste Edital:
a) Anexo I – Atribuições e Condições de Provimento dos Cargos/Ocupações;
b) Anexo II – Formulário de Requerimento de Condições Especiais;
c) Anexo III – Formulário da Prova de Títulos;
d) Anexo IV – Conteúdo Programático e Bibliografia Sugerida Por Cargo/Ocupação;
e) Anexo V – Formulário de Recurso Administrativo Padrão;
f) Anexo VI – Tabela de Subsídios.
- 1.9 A divulgação oficial de todas as etapas deste Concurso Público dar-se-á, exclusivamente, pelo site www.fundacaolasalle.org.br/concursos.
- 1.10 É responsabilidade única do candidato acompanhar as publicações decorrentes do cronograma de execução deste Edital no local indicado no subitem anterior.
- 1.11 O atendimento aos candidatos na sede da Fundação La Salle dar-se-á de segunda-feira a sexta-feira das 08h30min às 12h e das 13h30min às 18h, nas formas:
a) presencial – Av. Getúlio Vargas, 5558 – Sala 105, Centro, CEP: 92010-242 - Canoas/RS;
b) por telefone – (0xx51) 3031-3169 - Sede da Fundação La Salle;
c) por e-mail selecao@fundacaolasalle.org.br.

2. DOS CARGOS/OCUPAÇÕES

2.1 Quadro Demonstrativo de Cargos/Ocupações:

Nº	CARGO / OCUPAÇÃO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS ACESSO UNIVERSAL	VAGAS ACESSO PCD	TIPO DE PROVA	NÍVEL ESCOLAR MÍNIMO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SUBSIDIO CLASSE A GRAU I
01	Analista Municipal I / Gestor Administrativo	10 + C.R.	09	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40

02	Analista Municipal I / Gestor Contábil – Financeiro	02 + C.R.	01	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
03	Analista Municipal I / Nutricionista	02 + C.R.	01	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
04	Analista Municipal I / Psicólogo	05 + C.R.	04	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
05	Analista Municipal I / Profissional de Educação Física	05 + C.R.	04	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
06	Analista Municipal I / Biólogo	02 + C.R.	01	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
07	Analista Municipal I / Assistente Social	05 + C.R.	04	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
08	Analista Municipal I / Médico Veterinário	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
09	Analista Municipal I / Bibliotecário	02 + C.R.	01	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
10	Analista Municipal I / Gestor de Políticas Públicas	05 + C.R.	04	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 3.887,40
11	Analista Municipal II / Engenheiro Ambiental	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
12	Analista Municipal II / Engenheiro Sanitarista	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
13	Analista Municipal II / Engenheiro Civil	05 + C.R.	04	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
14	Analista Municipal II / Engenheiro Eletricista	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
15	Analista Municipal II / Engenheiro Agrônomo	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
16	Analista Municipal II / Engenheiro Mecânico	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
17	Analista Municipal II / Engenheiro Químico	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
18	Analista Municipal II / Engenheiro de Tráfego	02 + C.R.	01	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50

19	Analista Municipal II / Engenheiro Cartógrafo	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
20	Analista Municipal II / Engenheiro de Segurança do Trabalho	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
21	Analista Municipal II / Arquiteto Urbanista	05 + C.R.	04	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
22	Analista Municipal II / Geólogo	01 + C.R.	01	-	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 7.672,50
23	Especialista Municipal / Procurador Municipal	10 + C.R.	09	01	Objetiva, Dissertativa e Títulos	Superior	40h	R\$ 10.741,50
24	Especialista Municipal / Especialista de Políticas Públicas em Saúde	02 + C.R.	01	01	Objetiva e Títulos	Superior	40h	R\$ 10.741,50
Total de Vagas		72	58	14				

2.2 As atribuições e condições de provimento dos cargos/ocupações encontram-se no Anexo I, sendo parte integrante deste Edital.

2.3 Na tabela acima, a sigla C.R. significa Cadastro Reserva.

2.4 **DA REMUNERAÇÃO:**

2.4.1 A remuneração atribuída ao cargo/ocupação é por subsídio, fixado em parcela única (Anexo VI – Tabela de Subsídios), com direito além do subsídio a: décimo terceiro salário, adicional de férias, parcelas legais de natureza indenizatória e auxílios previstos em lei.

2.4.2 O valor do subsídio do cargo/ocupação, considerando as Classes e os Graus, é fixado de acordo com o posicionamento funcional na Carreira, conforme tabela constante no Anexo VI deste Edital.

2.4.3 A carreira tem 13 Classes e 7 Graus proporcionando doze progressões por sistema de Classes e seis promoções por sistema de Graus, partindo do ingresso inicial na Classe A e no Grau I.

3. **DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

3.1 Os períodos estabelecidos neste cronograma, inclusive a data das provas seletivas, poderão ser alterados durante o Concurso Público, havendo divulgação oficial no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos, e sem prejuízo das orientações e ditames deste Edital.

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Extrato do Edital de Abertura no Diário Oficial de Canoas	23/02/15
Publicação do Edital de Abertura	23/02/15
Inscrições pela internet, através do site www.fundacaolasalle.org.br/concursos	23/02 a 06/04/15
Último dia para pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição	07/04/15
Último dia para entrega do Anexo II e atestado médico pelos candidatos inscritos pela cota de Pessoa Com Deficiência – PCD	07/04/15
Último dia para entrega do Anexo II pelos candidatos que solicitaram condições especiais para o dia da prova seletiva	07/04/15
Publicação de Aviso com as listas preliminares de inscritos por cota de acesso	10/04/15
Período de recebimento de recursos administrativos de inscrições	13 a 15/04/15
Publicação de Aviso com as listas homologadas de inscritos por cota de acesso	17/04/15
Publicação de Aviso sobre a liberação da consulta do local das provas objetivas	02/05/15
Data provável de aplicação das provas objetivas e dissertativa – Horário das 14h às 18h30min	10/05/15

Período para comprovação da identidade devido coleta de impressão digital na prova objetiva (para os casos onde houver necessidade de coleta de digital, conforme rege este Edital)	11 a 20/05/15
Publicação de Aviso com os gabaritos preliminares das provas objetivas	11/05/15
Período de recebimento de recursos administrativos sobre os gabaritos preliminares das provas objetivas	12 a 14/05/15
Publicação de Aviso com os gabaritos oficiais das provas objetivas	26/05/15
Publicação de Aviso de divulgação das notas preliminares das provas objetivas, para consulta individual no site	27/05/15
Período de recebimento de recursos administrativos das notas preliminares das provas objetivas	28, 29/05 e 01/06/15
Publicação de Aviso de divulgação das notas oficiais das provas objetivas, para consulta individual no site	02/06/15
Publicação das respostas dos recursos administrativos sobre questões anuladas ou alteradas do gabarito oficial das provas objetivas	03/06/15
Período para entrega de documentos das provas de títulos por candidatos aprovados nas provas objetivas	08 a 10/06/15
Publicação de Aviso de divulgação das notas preliminares da prova dissertativa, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Especialista Municipal / Procurador Municipal, para consulta individual no site	25/06/15
Período de recebimento de recursos administrativos das notas preliminares da prova dissertativa	26, 29 e 30/06/15
Publicação de Aviso de divulgação das notas preliminares das provas de títulos, para consulta individual no site	29/06/15
Publicação de Aviso de divulgação das notas oficiais da prova dissertativa, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Especialista Municipal / Procurador Municipal, para consulta individual no site	01/07/15
Período de recebimento de recursos administrativos sobre a nota das provas de títulos	30/06 a 01 e 02/07/15
Publicação de Aviso de divulgação das notas oficiais das provas de títulos, para consulta individual no site	05/07/15
Publicação de Aviso com a composição da Banca Examinadora das provas seletivas	08/07/15
Publicação de Aviso de divulgação das listas homologadas de aprovados por cargo/ocupação, com classificação e notas detalhadas	09/07/15
Publicação do Edital de Encerramento	09/07/15

- 3.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato buscar informações sobre data, horário e local das provas seletivas, resultados, avisos e demais procedimentos que são publicados, exclusivamente, no site da Fundação La Salle - www.fundacaolasalle.org.br/concursos.
- 3.3 A comprovação da identidade é destinada a candidatos que porventura tenham sido identificados por coleta de impressão digital no ato da aplicação das provas objetivas, devendo posteriormente comprovar identidade.
- 3.4 As publicações previstas nos procedimentos do cronograma de execução deste Edital serão divulgadas até às 23h e 59 minutos, conforme data determinada.
- 4. DA INSCRIÇÃO**
- 4.1 As inscrições serão realizadas conforme o cronograma previsto no subitem 3 deste Edital, exclusivamente, pelo endereço eletrônico www.fundacaolasalle.org.br/concursos. O candidato deverá procurar o link específico para realizar a inscrição neste Edital e preencher as informações solicitadas, bem como escolher o cargo/ocupação pretendido e optar, se for o caso, pela participação no modo de acesso por cota de Pessoa Com Deficiência.
- 4.2 Após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, o candidato deverá gerar e imprimir um boleto bancário para pagamento de sua taxa de inscrição, como forma de ter sua inscrição homologada. Não será exigido do candidato, no ato de sua inscrição, a apresentação ou entrega de cópia de qualquer documento comprobatório dos requisitos do cargo/ocupação pleiteado, sendo de responsabilidade do candidato a veracidade dos dados cadastrados, sob as penas da lei.
- 4.3 **Do Valor e Pagamento da Inscrição**
- 4.3.1 Do valor das taxas de inscrições:
- a) Cargo/ocupação de nível escolar superior – R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

- 4.3.2 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será objeto de restituição, salvo em caso de cancelamento de cargo/ocupação ou do Concurso Público em sua íntegra.
- 4.3.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado, exclusivamente, por pagamento do boleto bancário, disponível no ato da inscrição ou por emissão de 2ª via do boleto, até o último dia de pagamento do boleto, não sendo aceito depósito bancário como forma de pagamento.
- 4.3.4 O candidato não poderá efetuar mais de uma inscrição para cargos/ocupações distintos deste Edital, sendo permitida apenas uma inscrição por CPF.
- 4.3.5 O não pagamento da taxa de inscrição, até a última data estipulada, resulta na não homologação da inscrição.
- 4.3.6 O pagamento de boleto bancário em duplicidade, em nome de terceiros ou vencido, não será objeto de ressarcimento ou consideração de inscrição homologada, sendo de responsabilidade do candidato a devida atenção no procedimento do preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, geração, conferência de dados e pagamento do boleto bancário para o cargo/ocupação inscrito.
- 4.4 **Da Homologação da Inscrição**
- 4.4.1 As condições para homologação da inscrição são:
- a) preenchimento dos dados no formulário eletrônico de inscrição disponível no endereço eletrônico - www.fundacaolasalle.org.br/concursos.
- b) pagamento da taxa de inscrição, através de boleto bancário, nominal ao candidato, no prazo e forma previstos por este Edital.
- 4.4.2 Não é permitida a troca de opção de cargo/ocupação em relação àquela originalmente indicada no formulário eletrônico de inscrição do candidato, após ter efetuado o pagamento do boleto bancário.
- 4.4.3 É vedada ao candidato a transferência para terceiros do valor pago da taxa de inscrição.
- 4.4.4 O candidato que desejar se inscrever pela cota de PCD - Pessoa Com Deficiência deverá, no ato do preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, marcar a opção pela participação na referida cota, bem como observar os procedimentos complementares neste Edital, como forma de ter sua inscrição homologada. O não atendimento dos procedimentos complementares condicionará a homologação da inscrição sem direito à reserva de vagas na cota de PCD - Pessoa Com Deficiência.
- 4.4.5 O candidato que desejar solicitar tratamento diferenciado para a realização da prova objetiva deverá preencher e assinar o Anexo II Formulário de Requerimento de Condições Especiais deste Edital e entregar pessoalmente ou postar correspondência, via sedex, para o endereço Av. Getúlio Vargas, 5558, Sala 105, Centro, Canoas, RS, CEP 92010-242. Em caso de envio da documentação por sedex e A.R. (aviso de recebimento), a data de postagem deverá ser até o penúltimo dia útil da data limite para entrega.
- 4.4.6 Caso o candidato não envie o Anexo II Formulário de Requerimento de Condições Especiais no prazo e forma estabelecidos neste Edital, não terá o tratamento diferenciado para realização da prova.
- 4.4.7 O candidato terá sua homologação cancelada automaticamente se, durante o Concurso Público:
- a) faltar com o devido respeito a qualquer membro da equipe organizadora, autoridades presentes ou com demais candidatos;
- b) utilizar ou tentar meios fraudulentos ou ilegais para obter vantagem e/ou aprovação própria ou de terceiros.
- 4.5 **Da Regulamentação da Inscrição**
- 4.5.1 A inscrição será realizada, exclusivamente, pela internet, no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos.
- 4.5.2 O pagamento das inscrições será realizado com o boleto bancário gerado pelo sistema de inscrição, não sendo aceitas outras formas de pagamento.
- 4.5.3 Não serão aceitos pedidos de inscrição via e-mail, correio, FAX (fac-símile) ou outra forma que não seja o preenchimento da inscrição online disponibilizada no site.
- 4.5.4 Não serão aceitos os pedidos de inscrição não efetivados por falhas de computadores, congestionamento da rede ou outros fatores de ordem técnica, bem como fora do prazo previsto no cronograma de execução deste Concurso Público.
- 4.5.5 O correto preenchimento dos dados e escolhas do candidato é de sua única e inteira responsabilidade.
5. **DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS**
- 5.1 **Da Validade e Formação de Cadastro**
- 5.1.1 Este Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação do Edital de Encerramento, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do município de Canoas. Os candidatos aprovados neste Concurso Público estarão condicionados ao ingresso pelo regime Estatutário ou formação de cadastro reserva de candidatos, cujo ingresso estará condicionado à liberação e/ou à criação de futuras vagas e ao prazo de validade deste Concurso Público.
- 5.1.2 A utilização do cadastro reserva obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação final publicada no Edital de Encerramento, respeitado o preenchimento por acesso cota Universal ou por cota de Pessoa Com Deficiência.
- 5.2 **Da Reserva de Cotas Para Pessoa com Deficiência (PCD)**
- 5.2.1 À Pessoa Com Deficiência (PCD) que pretenda fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII, do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição para os cargos/ocupações deste Edital, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possui.

- 5.2.2 A Pessoa Com Deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na Lei Complementar nº 01, de 08 de Agosto de 1998 e Decreto Municipal nº 652, de 02 de Dezembro de 1999 e suas alterações, participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 5.2.3 No ato da inscrição, através do formulário eletrônico, o candidato deverá optar por participar pela cota de PCD – Pessoa Com Deficiência, bem como declarar, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, comprovando-a por atestado médico (cópia autenticada), a partir do preenchimento do Anexo II deste Edital, que deverá ser entregue na Fundação La Salle ou enviado por Sedex e A.R. (aviso de recebimento), para o endereço Av. Getúlio Vargas, 5558, Sala 105, Centro, CEP 92010-242, Canoas/RS. Em caso de envio da documentação por sedex e A.R. (aviso de recebimento), a data de postagem deverá ser até o penúltimo dia útil da data limite para entrega.
- 5.2.4 A data de emissão do atestado médico deve ser no máximo 90 (noventa) dias antes da publicação deste Edital, contendo a assinatura do médico, o número de registro no Conselho de Medicina e o código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID. No atestado médico relativo à comprovação de deficiência auditiva deverá constar, claramente, a descrição dos grupos de frequência auditiva comprometidos.
- 5.2.5 Não será homologada a inscrição (na condição de Pessoa Com Deficiência) de candidato que descumprir quaisquer das exigências aqui apresentadas.
- 5.2.6 O candidato com deficiência que não declarar essa condição, por ocasião da inscrição, não poderá, posteriormente, interpor recurso em favor de sua situação.
- 5.2.7 Os candidatos aprovados, com o resultado final homologado, que no ato da inscrição se declararam com deficiência, além de figurar na lista Universal de classificação, terão seus nomes publicados em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação da lista Universal.
- 5.2.8 Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 1, de 08 de Agosto de 1998 e Decreto Municipal nº 652, de 02 de Dezembro de 1999, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de acordo com o cargo/ocupação, que forem disponíveis no prazo de validade deste Concurso Público, na proporção de 01 (um) candidato para cada 10 (dez) admitidos, por cargo/ocupação, ou seja, a cada 9 (nove) candidatos convocados pela classificação geral, será convocado 01 (um) candidato da cota PCD – Pessoa Com Deficiência, considerando o ordenamento classificatório.
- 5.2.9 O candidato com deficiência aprovado no Concurso Público, quando convocado, deverá submeter-se à avaliação por Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento, do Município, que terá decisão terminativa sobre o enquadramento do candidato como deficiente e sobre a compatibilidade do tipo e grau da deficiência com as atribuições essenciais do cargo/ocupação pleiteado, o que incluirá análise documental, entrevista e teste prático.
- 5.2.10 A avaliação pela Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento ocorrerá sem o envolvimento da Fundação La Salle, à qual caberá prover as condições de acessibilidade para a realização das provas objetivas pelos candidatos com deficiência.
- 5.2.11 O teste prático mencionado no item 5.2.9 será realizado pelo órgão onde as funções serão exercidas, com supervisão da Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento.
- 5.2.12 Ao término do processo de avaliação pela Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento, a mesma emitirá um parecer conclusivo, indicando, se for o caso, as condições de acessibilidade para o exercício das atribuições do cargo/ocupação pelo candidato.
- 5.2.13 Caso a avaliação prevista no item 5.2.9 conclua pelo não enquadramento do candidato como deficiente, o mesmo passará a concorrer apenas pela ordem de classificação da lista Universal (classificação geral), e não mais pela lista de cotas de Pessoas Com Deficiência, deixando, por conseguinte, de ser supervisionado pela Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento.
- 5.2.14 Caso a avaliação prevista no item 5.2.9 conclua pela incompatibilidade entre a deficiência e o exercício das atribuições essenciais do cargo/ocupação, o candidato será eliminado do Concurso Público.
- 5.2.15 Quando for o caso, a Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento opinará sobre os recursos interpostos por candidatos com deficiência, referentes a parecer emitido pela mesma.
- 5.2.16 A avaliação do candidato pela Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento não supre nem substitui a Perícia Médica a ser realizada pela Comissão Especial de Perícia Médica do Município, que avaliará as condições gerais de saúde física do candidato para o ingresso no Serviço Público, nem o Exame Psicológico a ser realizado por órgão credenciado, que avaliará as condições gerais de saúde mental do candidato para o mesmo ingresso.
- 5.2.17 A Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento verificará e orientará quanto às condições de acessibilidade aos candidatos com deficiência para a realização da Perícia Médica e do Exame Psicológico.
- 5.2.18 O candidato com deficiência, depois de empossado, será acompanhado pela Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento, que verificará e orientará quanto às condições de acessibilidade para o exercício do cargo/ocupação durante o estágio probatório.
- 5.2.19 O acompanhamento e as manifestações emitidas pela Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento não substituem nem suprem a avaliação do desempenho no estágio probatório, suas

- normas e efeitos, mas devem ser informados à Comissão Especial de Avaliação do Desempenho no Estágio Probatório (ou a outro órgão que venha a exercer essa atribuição), a fim de que subsidiem a referida avaliação.
- 5.2.20 Será exonerada, mediante o devido processo administrativo conduzido pela Comissão Especial de Avaliação do Desempenho no Estágio Probatório (ou outro órgão que venha a exercer essa atribuição), a Pessoa Com Deficiência que, no decorrer do estágio probatório, tiver verificada a insuficiência do seu desempenho no exercício das atribuições do cargo/ocupação.
- 5.2.21 A observância do percentual de vagas reservadas à Pessoa Com Deficiência dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público, desde que haja candidatos aprovados para os respectivos cargos/ocupações.
- 5.2.22 Não havendo candidatos aprovados pela cota de Pessoa Com Deficiência em número suficiente para preencher as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no respectivo cargo/ocupação, considerando a ordem de classificação do acesso Universal.

6. DAS PROVAS

6.1 Das Provas Objetivas e Dissertativa

- 6.1.1 A prova objetiva é eliminatória e classificatória, composta por 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas de resposta (A,B,C,D,E), sendo apenas uma considerada correta. A avaliação da prova objetiva é dividida por disciplina, conforme descritos abaixo para todos os cargos/ocupações deste Edital:
- 40 (quarenta) questões de Conhecimentos Específicos;
 - 10 (dez) questões de Legislação;
 - 10 (dez) questões de Língua Portuguesa;
 - 10 (dez) questões de Raciocínio Lógico;
 - 10 (dez) questões de Informática.
- ~~6.1.2 A prova dissertativa tem caráter eliminatório e classificatório, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Especialista Municipal / Procurador Municipal, com aplicação conjunta às provas objetivas, de forma individual e constará da redação de texto discursivo sobre tema específico, de até 30 linhas, com nota máxima de 50 (cinquenta) pontos.~~
- ~~6.1.3 Somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos aprovados e classificados até a posição 100ª (centésima), a partir do resultado das provas objetivas, considerando a aplicação dos critérios de desempates estabelecidos neste Edital. Os demais candidatos serão excluídos do Concurso Público, sendo atribuído o resultado de reprovado.~~
- ~~6.1.4 Não será permitida consulta a nenhum material de apoio para realização da prova dissertativa.~~
- ~~6.1.5 A prova dissertativa deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, na folha de texto definitiva entregue juntamente com a prova objetiva, não sendo permitida a participação de outras pessoas, salvo para os casos em que candidatos tenham tido deferimento especial para realização da prova.~~
- ~~6.1.6 A folha de texto definitiva da prova dissertativa não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em local que não o apropriado, qualquer informação que a identifique, sob pena de anulação desta prova, sendo atribuído o resultado de reprovado.~~
- ~~6.1.7 A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova dissertativa. As folhas de textos para rascunho no caderno de provas objetivas são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.~~
- 6.2 Da Aplicação das Provas Objetivas**
- 6.2.1 As provas objetivas serão realizadas em data e horário único, conforme cronograma de execução deste Edital.
- 6.2.2 Os locais e salas das provas objetivas estarão disponíveis no endereço www.fundacaolasalle.org.br/concursos, após o término das inscrições, conforme o cronograma de execução deste Edital.
- 6.2.3 O candidato deverá comparecer na data e local da prova com, pelo menos, 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário de início da prova para fins de identificação.
- 6.2.4 Não será permitido, independentemente de justificativa, o ingresso no local de provas após o sinal de início do tempo de prova, sendo o candidato declarado excluído do concurso por desistência.
- 6.2.5 O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não será admitido o compartilhamento de nenhum material entre os candidatos durante a realização das provas objetivas.
- 6.2.6 Não será admitido usar e/ou transitar, durante a realização das provas objetivas, com qualquer material de consulta ou auxílio de qualquer natureza, tais como equipamentos eletrônicos, escutas, fones, rádios, gravadores, celulares, e assemelhados ou qualquer acessório de chapalaria ou óculos escuros, sob pena de eliminação imediata do candidato.
- 6.2.7 Todo material eletrônico e/ou celulares deverão ter suas baterias removidas, previamente pelo candidato, quando do ingresso em sala de provas, e ser acondicionados em envelope de segurança fornecido pela Fundação La Salle, devendo o envelope ser mantido lacrado dentro da sala até a saída definitiva do candidato do local de prova. O descumprimento da presente instrução poderá implicar na eliminação do candidato, por constituir tentativa de fraude.

- 6.2.8 Durante a realização da prova objetiva, a Fundação La Salle poderá submeter os candidatos ao sistema de detector de metal a qualquer momento.
- 6.2.9 O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, um documento com foto para identificação. Para tal, serão aceitos apenas carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (ordens, conselhos, etc.). Como exemplos destes, são aceitos carteira de identidade, CNH modelo novo com foto, CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), carteira de entidade de classe, carteiras funcionais do Ministério Público e passaporte brasileiro.
- 6.2.10 O documento de identificação do candidato deverá estar em condições para possibilitar a sua identificação, sem rasuras, adulterações, e/ou inviolado e dentro do prazo de validade.
- 6.2.11 Não serão aceitas cópias, mesmo que autenticadas, para fins de identificação dos candidatos, bem como protocolos de solicitação de documentos.
- 6.2.12 No caso do candidato ter sido alvo de furto ou roubo dos documentos no período do início das inscrições ao dia da realização das provas objetivas, deverá apresentar o Boletim de Ocorrência desse fato e submeter-se, no dia da prova, ao colhimento de impressão digital, tendo seu resultado final condicionado à comprovação posterior de sua identidade, que ocorrerá conforme o cronograma de execução deste Edital.
- 6.2.13 O não comparecimento na data, no local e horário determinado, independentemente da motivação, acarretará na eliminação sumária do candidato deste Concurso Público.
- 6.2.14 Após o sinal sonoro para início da aplicação das provas objetivas a porta do prédio será fechada, ocasião que não será permitida a entrada de candidato. Caso o candidato já esteja no interior do prédio, o mesmo será acompanhado por um fiscal da coordenação para ingresso em sala.
- 6.2.15 Após o início da prova, o candidato deverá permanecer na sala pelo período mínimo de 01 (uma) hora.
- 6.2.16 Em caso de suspeita ou tentativa de fraude de qualquer natureza durante a realização da prova, o candidato será advertido. Se constatada a fraude, será sumariamente eliminado do Concurso Público, sendo iniciados os trâmites legais cabíveis.
- 6.2.17 O preenchimento da grade de respostas com eventuais rasuras, falhas de preenchimento ou amassada, que acarretem impossibilidade de leitura óptica, é de responsabilidade do candidato.
- 6.2.18 Não serão substituídas, sob hipótese alguma, grade de resposta por erro, desatenção ou falhas de preenchimento das respostas pelo candidato.
- 6.2.19 O candidato, uma vez tendo ingressado no ambiente da prova, terá como condição obrigatória a devolução da grade de resposta, mesmo que não preenchida, aos fiscais de sala. Em caso de negativa, a mesma será registrada na Ata de Sala, sendo o candidato eliminado sumariamente do Concurso Público.
- 6.2.20 O tempo máximo de permanência, em sala, após o início da prova é de 04:30 (quatro horas e trinta minutos).
- 6.2.21 Ao término do período legal destinado à prova, os 02 últimos candidatos ainda presentes em sala deverão entregar suas grades de respostas, assinar a ata de presença e assinar o termo de encerramento das atividades em sala. Em caso de recusa de um dos dois últimos candidatos em permanecer, outro fiscal poderá assinar a o termo de encerramento na Ata de Sala.
- 6.2.22 Não será admitido tempo extra de execução da prova objetiva, salvo os casos previstos neste Edital.
- 6.2.23 É vedado o consumo de alimentos durante a execução das provas, salvo com atestado médico apresentado no momento da aplicação da prova, sendo o consumo realizado fora da sala de provas.
- 6.2.24 Não será permitido o acesso ao local de prova portando arma de fogo e/ou arma branca, sendo de responsabilidade do candidato a sua guarda. A Fundação La Salle não se responsabiliza pelo acondicionamento de tais objetos.
- 6.2.25 O candidato só poderá levar o caderno de provas depois de transcorridas 3h do início do tempo total previsto de prova. Não haverá entrega da prova em outro momento, bem como não será publicada na internet.
- 6.2.26 Não será permitida a transcrição do gabarito de prova em qualquer outro local senão a grade de resposta pessoal do candidato.
- 6.2.27 Toda e qualquer despesa financeira para participar do Concurso Público é de inteira e única responsabilidade do candidato. A Fundação La Salle não se responsabiliza por quaisquer ressarcimentos provenientes de alteração do cronograma de execução deste Edital.
- 6.2.28 Não será permitida a permanência de acompanhantes do candidato, ou pessoas estranhas ao Concurso Público, nas dependências do local onde for aplicada a prova.
- 6.2.29 Não é permitido ao candidato fumar na sala de provas e nos locais de circulação dos prédios em que ocorrerá a prova.
- 6.2.30 O candidato poderá ser eliminado do Concurso Público se cometer uma das irregularidades previstas a seguir:
- lançar mão de meios ilícitos para realização das provas;
 - perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, a partir de comportamento indevido, com qualquer dos aplicadores ou demais candidatos;
 - chegar em atraso ou não comparecer no local devido para a realização da prova, conforme previamente informado;
 - ausentar-se da sala de provas portando a grade de respostas da prova;

- e) deixar de assinar a lista de presença e/ou a grade de respostas da prova;
- f) recusar-se a ser submetido pelo detector de metal ou a qualquer procedimento padrão deste Edital;
- g) for surpreendido, durante a aplicação das provas, portando ou manuseando celular, calculadoras, livros, equipamentos eletrônicos, impressos ou anotações, bem como em comunicação com outro candidato.

6.3 Da Prova de Títulos – Formação Acadêmica

- 6.3.1 A prova de títulos de formação acadêmica tem caráter classificatório.
- 6.3.2 Somente serão aceitos títulos de cursos de pós-graduação concluídos e nas categorias relacionadas neste Edital e vinculados diretamente à área de atuação do cargo/ocupação, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.
- 6.3.3 O título deve ter validade aceita em território nacional.
- 6.3.4 O candidato deverá preencher o Anexo III - Formulário da Prova de Títulos, que integra este Edital, e adicionar a relação de títulos com cópia autenticada dos documentos. Deverá entregá-los ou enviá-los no período previsto no cronograma de execução deste Edital, pessoalmente ou por SEDEX e A.R. (aviso de recebimento), no endereço da Fundação La Salle, Av. Getúlio Vargas, 5558 – Sala 105 – Centro, Canoas/RS, CEP 92010-242. Em caso de envio da documentação por SEDEX e A.R., a data de postagem deverá ser até o penúltimo dia útil da data limite para entrega. Correspondências enviadas fora do prazo serão desconsideradas.
- 6.3.5 A Fundação La Salle não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio ou atraso que impeça a chegada da correspondência no período devido para análise dos documentos, observado o cronograma de execução deste Edital.
- 6.3.6 A relação dos documentos apresentados, se enviados por correspondência, deverá estar listada a partir do formulário padrão, correspondente ao Anexo III deste Edital. É de inteira responsabilidade do candidato a apresentação dos comprovantes listados dentro do prazo estipulado.
- 6.3.7 O título (certificado ou diploma) deve estar em cópia autenticada. Em caso de declaração oficial de conclusão, a mesma deve ser original, em papel timbrado da instituição carimbado, contendo as informações que ateste haver sido completado todos os requisitos para a obtenção do título. Serão aceitas declarações e/ou atestado de conclusão de cursos, expedido pela instituição de ensino realizadora, até o prazo máximo de dois anos retroativos a data de publicação de abertura deste Edital. Posterior a este prazo, somente serão válidos os diplomas e/ou certificados oficiais expedidos pela instituição de ensino responsável pela realização do curso.
- 6.3.8 O certificado ou diploma que estiver em língua estrangeira, somente será considerado se vier acompanhado da revalidação de acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, excetuando-se dessa exigência os certificados expedidos pelos países integrantes do Acordo do Mercosul.
- 6.3.9 Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião dos recursos, poderão ser entregues somente documentos que sirvam para esclarecer ou complementar dados de títulos ou declarações já entregues.
- 6.3.10 Não serão recebidos títulos ou declaração fora do prazo estabelecido ou em desacordo com o previsto neste Edital.
- 6.3.11 Se o nome do candidato, nos documentos apresentados para a prova de títulos, for diferente do nome que consta no Requerimento de Inscrição, deverá ser anexado o comprovante de alteração de nome (Certidão de Casamento ou de Divórcio ou de inserção de nome).
- 6.3.12 Os documentos entregues como títulos não serão devolvidos aos candidatos. Por esse motivo, o candidato **NÃO** deve entregar ou encaminhar documentos originais, salvo a condição expressa neste Edital.
- 6.3.13 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e comprovada a culpa do mesmo, este será excluído do Concurso Público.
- 6.3.14 A não entrega, no prazo devido, da documentação comprobatória dos títulos acarretará em nota zero na prova de títulos de formação acadêmica.
- 6.3.15 Os títulos informados no ato da inscrição e não comprovados na forma e prazos estipulados serão desconsiderados para efeito de nota.
- 6.3.16 O mesmo título não será valorado duas vezes.

7. DA AVALIAÇÃO E DA APROVAÇÃO

7.1 Das Provas Objetivas

- 7.1.1 Todas as provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.
- 7.1.2 As provas objetivas serão avaliadas em 100 (cem) pontos, sendo que cada questão valerá 1,25 (um vírgula vinte e cinco) pontos, correspondendo ao total de 80 (oitenta) questões de múltipla escolha.
- 7.1.3 Cada questão de múltipla escolha tem 05 (cinco) alternativas de respostas (A, B, C, D ou E), mas apenas uma resposta correta.
- 7.1.4 Questão sem marcação de alternativa, com marcação dupla ou rasura de alternativa por questão, bem como por marcação em desacordo com as orientações para preenchimento será considerada resposta errada.

- 7.1.5 As provas objetivas serão divididas por disciplinas, para todos os cargos/ocupações, conforme descrito no quadro abaixo:

Disciplina	Caráter	Nº de Questões	Peso por Questão	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
Conhecimentos Específicos	Eliminatório e Classificatório	40	1,25 pontos	30 pontos	50 pontos
Língua Portuguesa	Eliminatório e Classificatório	10	1,25 pontos	7,50 pontos	12,50 pontos
Raciocínio Lógico	Eliminatório e Classificatório	10	1,25 pontos	5,00 pontos	12,50 pontos
Legislação	Eliminatório e Classificatório	10	1,25 pontos	5,00 pontos	12,50 pontos
Informática	Eliminatório e Classificatório	10	1,25 pontos	5,00 pontos	12,50 pontos
		80		60 pontos	100 Pontos

- 7.1.6 As provas objetivas possuem caráter classificatório e eliminatório, sendo que será classificado como aprovado o candidato que obtiver desempenho geral igual ou superior a 60 (sessenta) pontos e, simultaneamente, atingir os pontos mínimos nas disciplinas de caráter eliminatório, para todos os cargos/ocupações deste Edital. ~~Para o cargo/ocupação de Especialista Municipal / Procurador Municipal o candidato deverá ficar entre os 100 (cem) primeiros classificados aprovados nas provas objetivas, considerada a aplicação dos critérios de desempate, conforme subitem 8.1.3 deste Edital.~~ O subitem anterior ilustra o caráter das provas objetivas por disciplina, para todos os cargos/ocupações deste Edital. O candidato que não alcançar esse desempenho mínimo de nota e classificação será excluído do Concurso Público, sendo atribuído o resultado de reprovado.
- 7.1.7 Os conteúdos programáticos e a bibliografia sugerida são partes integrantes deste Edital.
- 7.1.8 A bibliografia sugerida é apenas orientação de locais onde encontrar o conteúdo programático, não sendo um limitador de fonte de pesquisa, sendo de livre arbítrio da Banca Examinadora utilizar outras referências bibliográficas na elaboração das questões das provas objetivas.

~~7.2 Da Prova Dissertativa~~

- ~~7.2.1 A nota da prova dissertativa tem variação de 0 (zero) ponto a 50 (cinquenta) pontos, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Especialista Municipal / Procurador Municipal.~~
- ~~7.2.2 Somente serão corrigidas as provas dissertativas dos candidatos aprovados e classificados até a posição 100ª (centésima), a partir do resultado da prova objetiva, considerando a aplicação dos critérios de desempates estabelecidos neste Edital. Os demais candidatos serão excluídos do Concurso Público, sendo atribuído o resultado de reprovado.~~
- ~~7.2.3 Cada prova dissertativa será avaliada quanto ao domínio do conteúdo apresentado, a considerar a seguinte metodologia:-~~
- ~~a) domínio da língua portuguesa (Apresentação e clareza e utilização adequada da norma culta);~~
 - ~~b) conhecimento técnico sobre o tema abordado (Conhecimento e domínio do conteúdo; argumentação; e relação teórico/prática).~~
- ~~7.2.4 A avaliação da prova dissertativa considera:-~~
- ~~a) será computado o número de linhas efetivamente escritas pelo candidato;~~
 - ~~b) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas por folha de texto;~~
 - ~~c) será destinado a cada candidato o limite máximo de 01 folha oficial de texto para realizar a prova dissertativa. A folha de texto original não será substituída por erro, desatenção ou rasuras durante a transcrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato a devida atenção.—~~
 - ~~d) Nos casos de fuga ao tema, de texto definitivo escrito a lápis, de não haver texto, folha de texto original identificada, fora do local apropriado, o candidato receberá nota na prova de redação igual a ZERO.~~
- ~~7.2.5 Será eliminado do Concurso Público o candidato que obtiver nota zero na prova dissertativa, sendo atribuído o resultado de reprovado.~~

7.3 Das Provas de Títulos

- 7.3.1 A prova de títulos de formação acadêmica tem caráter classificatório, com pontuação máxima na avaliação dos títulos de 10 (dez) pontos. Considerando a área afim do cargo/ocupação, desde que não seja o requisito do cargo/ocupação para fins de ingresso, conforme Anexo I deste Edital.
- 7.3.2 Segue abaixo o quadro demonstrativo dos títulos que serão aceitos e a pontuação dada para os cargos/ocupações de nível escolar superior:

Títulos	Pontuação por Título
Especialização (<i>Lato Sensu</i>)	3,0 pontos
Mestrado (<i>Stricto Sensu</i>)	6,0 pontos
Doutorado (<i>Stricto Sensu</i>)	10,0 pontos

- 7.3.3 O candidato que seja detentor de formação múltipla poderá apresentar apenas um título, o de maior pontuação, independente da categoria, nesta etapa. A pontuação máxima não ultrapassará 10 (dez) pontos na prova de títulos, independente do candidato possuir mais de uma comprovação para tal.
- 7.3.4 Apenas serão aceitos títulos já obtidos na forma da Lei, não sendo aceitos aperfeiçoamentos inconclusos.
- 7.3.5 Motivação para não valoração dos títulos:
- Nome diferente do que consta na inscrição do candidato, sem apresentação de documento comprobatório de troca de nome por motivação legal;
 - Prazo de conclusão de curso posterior ao período de entrega dos títulos;
 - Falta de assinatura no documento apresentado;
 - Sem tradução quando realizado no exterior;
 - Sem a equivalência à área do cargo/ocupação pleiteado;
 - Cópia do documento não autenticada;
 - Título sem validação dos órgãos competentes;
 - Carga horária inferior ao mínimo exigido por lei para o título de formação acadêmica *Lato Sensu* 360h;
 - Com informações insuficientes para avaliação da Banca Examinadora;
 - Ser requisito para ingresso no cargo/ocupação pleiteado;
 - Outros casos, conforme decisão da banca examinadora da Fundação La Salle.
- 7.3.6 O candidato que não comprovar ou não encaminhar títulos para a avaliação receberá nota “zero” na prova de títulos.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 Etapa das Provas

- 8.1.1 A classificação final será realizada pela ordem decrescente da nota final obtida neste Concurso Público que compreenderá a nota da prova objetiva com o máximo de 100 (cem) pontos para todos os cargos/ocupações, ~~somada a nota da prova dissertativa, com o máximo de 50 (cinquenta) pontos, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Especialista Municipal / Procurador Municipal~~ e somada a nota da prova de títulos, com o máximo de 10 (dez) pontos, para todos os cargos/ocupações. Portanto, os candidatos poderão atingir o máximo de 110 (cento e dez) pontos para os cargos/ocupações com provas objetivas e de títulos e ~~160 (cento e sessenta) pontos, exclusivamente, para o cargo/ocupação de Especialista Municipal / Procurador Municipal~~, considerada a soma das notas das provas objetivas, ~~dissertativa~~ e de títulos.
- 8.1.2 O candidato obterá o status de aprovado caso atinja o grau mínimo de nota e/ou classificação nas provas seletivas. O candidato que não obtiver tal desempenho em termos de nota e classificação mínima nas provas seletivas terá o resultado de reprovado.
- 8.1.3 Se houver empate na classificação por cargo/ocupação serão utilizados como critérios de desempate favorável, precipuamente, a Lei Federal nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003, parágrafo único do art. 27 do Estatuto do Idoso, considerada para esse fim a data da realização das provas objetivas, para todos os cargos/ocupações, conforme relacionado abaixo:
- em PRIMEIRO lugar, candidato idoso de maior idade;
 - em SEGUNDO lugar, maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
 - em TERCEIRO lugar, maior nota na prova de Língua Portuguesa;
 - em QUARTO lugar, maior nota na prova de Legislação;
 - em QUINTO lugar, maior nota na prova de Raciocínio Lógico;
 - em SEXTO lugar, a idade (valendo para esse fim, o de maior idade);
 - persistindo o empate, será realizado sorteio público.

9 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DE INSCRIÇÃO, GABARITO E NOTAS DAS PROVAS

- 9.1 A solicitação de recursos previstos neste Edital só poderá ser realizada por candidatos inscritos e homologados que prestarem a referida prova, através de formulário específico, conforme Anexo V deste Edital. Recursos enviados sem conter o formulário específico devidamente preenchido serão desconsiderados.
- 9.2 Qualquer recurso administrativo deverá ser efetivado no período devido, conforme o cronograma de execução deste Edital.
- 9.3 A comprovação do encaminhamento tempestivo do recurso administrativo enviado por SEDEX será feita mediante registro pela empresa de Correios da data de postagem, sendo desconsiderado o recurso administrativo enviado fora do prazo.
- 9.4 Após o período específico para cada etapa de recurso administrativo, os resultados serão ratificados e homologados, não cabendo mais interposição de recurso administrativo de modo atemporal.

- 9.5 Constatada a procedência do recurso de gabarito preliminar, a questão poderá ser anulada ou ter seu gabarito alterado, conforme a decisão da Banca Examinadora das provas objetivas, sendo os fundamentos da decisão publicados por Aviso específico, conforme cronograma de execução deste Concurso Público.
- 9.6 Em caso de anulação de qualquer questão comum a todos os candidatos, a mesma será considerada como correta para todos os candidatos que realizaram a prova.
- 9.7 Em caso de anulação de qualquer questão específica para o cargo/ocupação, a mesma será considerada como correta apenas para o cargo/ocupação em questão.
- 9.8 Constatada a improcedência do recurso administrativo, o mesmo será arquivado.
- 9.9 Recursos administrativos que apresentarem argumentações inconsistentes, de cunho administrativo, extemporâneas ou em desacordo com as especificações deste Edital serão desconsideradas para fins de resposta.
- 9.10 Todos os recursos deverão ser encaminhados à sede da Fundação La Salle, através do endereço eletrônico recursos@fundacaolasalle.org.br ou por Sedex e A.R. (aviso de recebimento) para o endereço Av. Getúlio Vargas, 5558, Sala 105, Centro, Canoas, RS, CEP 92010-242, dentro dos prazos estipulados neste Edital, sendo que a data de postagem, quando enviada pelos Correios, deverá ser até o penúltimo dia útil da data limite para entrega de recursos. Os recursos administrativos enviados por e-mail serão aceitos até o horário limite das 18h do último dia útil para entrega, conforme cronograma de execução deste Edital, devendo o envio ser nas extensões .doc, .pdf ou .jpg.
- 9.11 Em caso de deferimento de recurso administrativo interposto, poderá eventualmente ocorrer alteração da classificação inicial obtida pelo candidato ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver o grau mínimo para aprovação, seja pela nota ou por classificação predeterminada.
- 9.12 Uma vez entregues documentos para qualquer etapa deste Concurso Público, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião dos recursos, poderão ser entregues somente documentos que sirvam para esclarecer ou complementar dados de documentos já entregues.
- 9.13 Não será aceita revisão de recurso interposto, de recurso do recurso ou de recurso sobre o gabarito oficial definitivo. A Banca Examinadora constitui última instância para o recurso administrativo, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 9.14 Não serão aceitos requerimentos de recursos de pessoas não devidamente inscritas neste Concurso Público.

10. DA CONVOCAÇÃO

- 10.1 O município de Canoas reserva-se o direito de chamar os candidatos aprovados no Concurso Público, na medida de suas necessidades, de acordo com as respectivas ordens de classificação dos aprovados e forma de acesso, Universal ou por cota de PCD – Pessoa Com Deficiência, por cargo/ocupação.
- 10.2 A aprovação do candidato no Concurso Público não assegura o direito ao ingresso, mas apenas a sua expectativa, seguindo a respectiva ordem de classificação.
- 10.3 A convocação oficial do candidato para o processo de ingresso será feita pelo município de Canoas, por meio de telegrama com aviso de recebimento, enviada ao endereço fornecido pelo candidato no ato da inscrição, publicação no Diário Oficial do Município de Canoas, disponível www.canoas.rs.gov.br e nos murais da SMPG, sito à rua Frei Orlando, 199, térreo, Centro, Canoas/RS, indicando formalmente data, hora e local de comparecimento. Nessa ocasião, o candidato deverá apresentar-se portando documento de identificação e assinar pessoalmente os Termos de Comparecimento e Aceitação da Vaga, podendo ainda ser submetido, nesse momento, a alguma das avaliações previstas no Item 11 deste Edital, conforme informado na Convocação.
- 10.4 O município de Canoas não tem obrigatoriedade de manter contato telefônico, nem por e-mail, com o candidato, sendo considerada, então, para fins legais e para contagem dos prazos a publicação realizada conforme subitem anterior deste Edital.
- 10.5 É de responsabilidade exclusiva do candidato classificado aprovado manter atualizado o seu endereço junto a Diretoria de Recursos Humanos do município de Canoas, por meio de requerimento de alteração de endereço, devidamente protocolado.
- 10.6 O município de Canoas não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de: a) endereço não atualizado; b) endereço de difícil acesso; c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas ou de força maior; d) correspondência recebida por terceiros.
- 10.7 O candidato convocado para preenchimento de vaga que não comparecer na data estipulada na convocação ou se recusar a assinar os Termos de Comparecimento e Aceitação da Vaga estará excluído do Concurso Público definitivamente, sem possibilidade de ser chamado novamente ou transferido para o final da lista de chamamento.

11. DA NOMEAÇÃO E POSSE

- 11.1 O ingresso do candidato fica condicionado à satisfação e comprovação dos requisitos e demais documentos necessários e às seguintes condições:
- a) ter sido aprovado neste Concurso Público e considerado apto nos exames médicos e psicológicos de ingresso;
- b) ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas no artigo 12 da Constituição Federal;

- c) possuir idade mínima de 18 anos;
 - d) atender, se o candidato participar pela cota PCD - Pessoa Com eficiência, às exigências da Lei Federal nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989, Decreto Federal nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, Lei Complementar Municipal nº 1, de 08 de Junho de 1998 e Decreto Municipal nº 652, 02 de Dezembro de 1999, obtendo parecer favorável da Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento, conforme subitem 5.2.9 e seguintes deste Edital.
 - e) estar em gozo dos direitos civis e políticos;
 - f) estar quite com o Serviço Militar Obrigatório ou dele ter sido liberado, se do sexo masculino;
 - g) estar quite com as obrigações eleitorais;
 - h) possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/ocupação a que concorre, comprovada através de Perícia Médica (a ser realizada pela Comissão Especial de Perícia Médica do Município) e Exame Psicológico (a ser realizado por órgão credenciado). Poderão ser exigidos exames médicos complementares, que correrão por conta do candidato;
 - i) comprovar a escolaridade de acordo com a exigência do cargo/ocupação a que concorre, mediante apresentação de certificado, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;
 - j) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou Distrital do domicílio do candidato, expedida, no máximo, há 6 meses, ou dentro do prazo da validade consignado no documento;
 - k) o ingresso do candidato fica condicionado ainda à observância do Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, referentes a acúmulo de cargo, emprego ou funções públicas, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, sendo vedada também a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
 - l) não ser aposentado por invalidez.
- 11.2 No ato do ingresso, deverão ser apresentados ainda, os seguintes documentos:
- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
 - b) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se possuir;
 - c) Comprovante de Regularidade no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 - d) Cédula de Identidade;
 - e) Título de Eleitor e o último comprovante de votação/justificativa;
 - f) Certificado de Reservista, Alistamento Militar constando a dispensa do Serviço Militar Obrigatório ou outro documento hábil para comprovar que o tenha cumprido ou dele tenha sido liberado, se candidato do sexo masculino;
 - g) Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme estado civil;
 - h) Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física;
 - i) Comprovante de escolaridade, conforme Anexo I;
 - j) Uma fotografia 3x4 (de frente, colorida e recente);
 - k) No caso de candidato de nacionalidade portuguesa, documento comprobatório da igualdade de direitos e obrigações;
 - l) Se candidato de outra nacionalidade, documento comprobatório de naturalização;
 - m) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou Distrital do domicílio do candidato, expedida no máximo, há 6 meses, ou dentro do prazo da validade consignado no documento.
- 11.3 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da convocação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 11.4 O ingresso dos candidatos aprovados no Concurso Público dar-se-á conforme o regime jurídico vigente na data da nomeação.
- 11.5 Ao iniciar o exercício no cargo/ocupação, o novo servidor estará submetido ao período de Estágio Probatório, com duração de três anos, conforme comando constitucional e legislação municipal, durante o qual seu desempenho será avaliado, sendo que a aprovação, ao final do Estágio Probatório, é condição para a aquisição da estabilidade no cargo/ocupação público.
- 11.6 As atribuições dos nomeados serão as constantes do Anexo I deste Edital, complementadas pela lei de criação de cada cargo/ocupação, que deverão ser integralmente cumpridas pelos mesmos. Tais atribuições podem ser alteradas a qualquer momento, a critério do município de Canoas.
- 12. DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 12.1 Este Edital de Abertura será divulgado e disponibilizado em sua íntegra no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos.
- 12.2 As inscrições de que trata este Edital implicam o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e seu compromisso tácito de aceitar as condições da sua realização.
- 12.3 Será excluído do Concurso Público o candidato que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou

- inexata. A inexatidão das informações, irregularidades dos documentos, ou não comprovação dos mesmos no prazo solicitado pelo município de Canoas, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.
- 12.4 O município de Canoas e a Fundação La Salle não se responsabilizarão por quaisquer cursos, textos ou apostilas, referentes a este Concurso Público, elaborados e/ou confeccionados por terceiros.
- 12.5 De acordo com a necessidade, o município de Canoas poderá realizar Concurso Público para o cargo/ocupação na qual ainda exista cadastro de reserva, garantindo-se a prioridade de convocação dos candidatos pertencentes ao cadastro mais antigo, dentro do prazo de validade do mesmo. O município de Canoas poderá realizar novo Concurso Público para o mesmo cargo/ocupação, encerrando a validade do anterior, caso se esgote a listagem de habilitados.
- 12.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público da Fundação La Salle, podendo *ad referendum* consultar o município de Canoas.

MUNICÍPIO DE CANOAS-RS, EM 23 de FEVEREIRO de 2015.

Jairo Jorge da Silva,
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
E Cumpra-se

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES E CONDIÇÕES DE PROVIMENTO DOS CARGOS/OCUPAÇÕES

CARGO/OCUPAÇÃO DE NÍVEL ESCOLAR SUPERIOR

Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Gestor Administrativo

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em nível de graduação. Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior que envolvam: a promoção da gestão de pessoas, de processos, de recursos materiais e patrimoniais, de licitações e contratos, de serviços, orçamento e finanças; planos, programas, ações e atividades de melhoria de processos de trabalho, à modernização e à qualidade; processamento, produção e análise de informações gerenciais; o suporte estratégico para planejamento, desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos e políticas públicas; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Gestor Contábil – Financeiro

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Ciências Contábeis e Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: planejamento, supervisão, coordenação, orientação e execução de serviços contábeis e financeiros; assessoramento, vistorias, perícias, avaliações, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios e inscritas contábeis; o suporte para planejamento, desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas projetos e políticas públicas direta ou indiretamente à área contábil e financeira; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal I – Nutricionista

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo na área de Nutrição. Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços de alimentação e nutrição a coletividade ou indivíduos; o assessoramento, vistorias, perícias, avaliações, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, execução e avaliação de ações, programas, políticas públicas direta ou indiretamente relacionados com alimentação e nutrição; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Psicólogo

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Psicologia. Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços de psicologia relacionados ao comportamento humano e a dinâmica da personalidade à coletividade ou a indivíduos; o assessoramento, vistorias, perícias, avaliações, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, diagnósticos, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados com assistência e acompanhamento psicológico; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Profissional de Educação Física

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Educação Física – Bacharelado ou Licenciatura Plena. Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços de atividades físicas, desportivas e similares, à coletividade ou indivíduos; o assessoramento, vistorias, avaliações, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, diagnósticos, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados com atividades físicas, desportivas e similares; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Biólogo
Habilitação Legal Específica: Curso Superior completo em Ciências Biológicas (Bacharelado ou Licenciado) em curso de História Natural ou licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia. Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.
Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área das ciências biológicas especialmente relacionado à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente; o assessoramento, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área das ciências biológicas, preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente; executar outras atividades correlatas.
Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Assistente Social
Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Serviço Social. Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.
Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área do Serviço e Assistência Social, à coletividade ou a indivíduos ; o assessoramento, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área do Serviço e Assistência Social; executar outras atividades correlatas.
Cargo/Ocupação: Analista Municipal I – Médico Veterinário
Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Medicina Veterinária. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima “B”. Regime de dedicação exclusiva.
Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, gerenciamento, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área da medicina veterinária, biologia geral, zoologia, zootecnia e a bromatologia animal; o assessoramento, vistorias, fiscalizações, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de medicina veterinária biologia geral, à zoologia, à zootecnia e bromatologia animal, controle e defesa sanitária, de zoonoses e vetores; exercer a prática clínica de animais em todas as suas modalidades; prestar assistência técnica e de fiscalização sanitária, realizar exames periciais tecnológicos e sanitários dos subprodutos da indústria animal; executar outras atividades correlatas.
Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Bibliotecário
Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Biblioteconomia. Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.
Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, gerenciamento, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de biblioteconomia, bibliográficas e documentalógicas; o assessoramento, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de biblioteconomia, bibliográficas e documentalógicas; executar outras atividades correlatas.
Cargo/Ocupação: Analista Municipal I - Gestor de Políticas Públicas
Habilitação Legal Específica: Curso superior completo, em nível de graduação, com Especialização em Gestão de Políticas Públicas ou Gestão Governamental. Regime de dedicação exclusiva.
Atribuições: Realizar atividades de suporte e apoio estratégico de nível superior que envolvam: a promoção da gestão estratégica de ações, planos, programas, projetos, serviços e políticas públicas gerais ou especializadas nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, assistência social, meio ambiente,

segurança e outras de competência municipal; formulação, implantação, planejamento, desenvolvimento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação de planos, programas projetos e serviços públicos; desenvolvimento, implantação, acompanhamento, gerenciamento e execução de sistemas, processos e métodos de gestão de recursos orçamentários e financeiros; articulação intra e intergovernamental; articulação de parcerias estratégicas e operacionais; pesquisas, coleta de dados, processamento de informações, formulação de indicadores e resultados de suporte e assistência técnica à gestão para formulação, aplicação e manutenção de serviços e políticas públicas; outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Ambiental

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia Ambiental. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerencias de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia ambiental; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia ambiental; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Sanitarista

Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Sanitária. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerencias de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia sanitária; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia sanitária; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Civil

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia Civil. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerencias de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia civil; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia civil; executar outras atividades correlatas.

Cargo /Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Eletricista

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia Elétrica. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerencias de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia elétrica; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia elétrica; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Agrônomo

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia Agrônoma. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerencias de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e

avaliação dos serviços na área de engenharia agrônoma; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia agrônoma; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Mecânico

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia Mecânica. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerenciais de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia mecânica; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia mecânica; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Químico

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia Química. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerenciais de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia química; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia química; executar outras atividades correlatas.

Cargo: Analista Municipal II - Engenheiro de Tráfego

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia, em nível de graduação, com especialização em Engenharia de Tráfego. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerenciais de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia de tráfego; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia de tráfego; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro Cartógrafo

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia Cartográfica. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerenciais de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia cartográfica; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia cartográfica; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Engenheiro de Segurança do Trabalho

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Engenharia ou Arquitetura, com especialização em Segurança do Trabalho, devidamente reconhecida. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerenciais de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de engenharia de segurança do trabalho; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de engenharia de segurança do trabalho; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Arquiteto Urbanista

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Arquitetura e Urbanismo; Registro profissional no órgão de classe competente; Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerenciais de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de arquitetura e urbanismo; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de arquitetura e urbanismo; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Analista Municipal II - Geólogo

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Geologia. Registro profissional no órgão de classe competente. Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B". Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades estratégicas gerenciais de nível superior na sua área de habilitação profissional que envolvam: o planejamento, organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços na área de geologia; o assessoramento, fiscalização, vistorias, avaliações, perícias, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios; planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de geologia; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Especialista Municipal – Procurador Municipal

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Direito. Registro profissional no órgão de classe competente – Inscrição na OAB. Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades especializadas de advocacia pública que envolvam: a representação judicial do Poder Executivo Municipal com as prerrogativas da advocacia; a consultoria jurídica aos órgãos da administração direta; o planejamento, organização, controle, e execução dos serviços jurídicos em atos ou processos judiciais, extrajudiciais e administrativos; o assessoramento, análise de documentos, realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas e emissão de laudos e pareceres; assessoramento, apoio e execução dos serviços jurídicos ao desenvolvimento, implantação e execução de ações, programas e políticas públicas; na elaboração, controle de constitucionalidade, de legalidade de atos, análise de normas jurídicas e a técnica legislativa; executar outras atividades correlatas.

Cargo/Ocupação: Especialista Municipal - Especialista de Políticas Públicas de Saúde

Habilitação Legal Específica: Curso superior completo em Medicina, com Especialização (*lato sensu*) em Gestão de Políticas Públicas ou Gestão Governamental. Registro profissional no órgão de classe competente. Regime de dedicação exclusiva.

Atribuições: Realizar atividades especializadas de gestão pública em saúde que envolvam: a gestão e o apoio especializado da gestão estratégica de ações, planos, programas, políticas públicas gerais ou especializadas, ações e serviços na área da saúde e redes de atenção a saúde; regulação, controle e monitoramento de serviços, de prestadores de serviços e profissionais da área da saúde; formulação, implantação, planejamento, desenvolvimento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos; desenvolvimento, implantação, acompanhamento, gerenciamento e execução de sistemas, processos e métodos de gestão de recursos orçamentários e financeiros; articulação intra e intergovernamental; articulação de parcerias estratégicas e operacionais; pesquisas, coleta de dados, processamento de informações, formulação de indicadores e resultados de suporte e assistência técnica especializada à gestão para formulação, aplicação e manutenção de políticas públicas gerais e especializadas de competência municipal; outras atividades correlatas.

Anexo II – Formulário de Requerimento de Condições Especiais

O(A) candidato(a) _____, portador do nº CPF _____, que concorre ao Edital nº 61/2015 do Concurso Público vem requerer:

- a) () inscrição na cota de Pessoas Com Deficiência – PCD;
b) () solicitação de atendimento especial no dia de aplicação das provas seletivas.

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Nessa ocasião, o(a) referido candidato(a) apresentou o LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência que é portador: _____.

Código correspondente da (CID): _____.

Nome e CRM do médico responsável pelo laudo: _____.

Ao assinar este requerimento, o (a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto n.º5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 03 de dezembro de 2004, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação por ocasião da avaliação pela Comissão Especial de Seleção e Acompanhamento.

REQUERIMENTO DE PROVA E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL

Será necessário prova especial e/ou tratamento especial? Não Sim – marque o tipo de tratamento especial

1. Necessidades físicas e gerais:

- () Necessidade de amamentação (candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê)
() Sala térrea ou com acesso facilitado para cadeirante (elevador)
() Sala individual (candidato com doença contagiosa/outras) Especificar _____.
() Mesa para cadeira de rodas
() Apoio para perna
() Tempo adicional de 01 hora (com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido neste Edital)

2. Auxílio para preenchimento (dificuldade/impossibilidade de escrever)

- () Da Grade de respostas da prova objetiva

3. Necessidades visuais (deficiente visual ou pessoa de baixa visão)

- () Auxílio na leitura da prova (ledor)
() Prova ampliada simples (fonte entre 14 a 16)
() Prova ampliada especial (fonte entre 18 a 26-especificar o n.º da fonte) Observações: _____.
() Prova em braile

4. Necessidades auditivas (perda total ou parcial da audição)

- () Intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)
() Uso de prótese auditiva (deverá constar especificamente no laudo médico a determinação do uso)

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato (a)

ATENÇÃO: ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER IMPRESSO, DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ENVIADO JUNTAMENTE COM O ATESTADO MÉDICO, CONFORME PREVISTO NESTE EDITAL.

Anexo III – PROVA DE TÍTULOS

Candidato	
Cargo/Ocupação	
Nº Inscrição	
CPF	
Data de Nascimento	
Telefone	
Data	

RELAÇÃO DE TÍTULOS

Assinale abaixo o título apresentado

	Sim	Não	Área
Especialização (<i>Lato Sensu</i>)			
Mestrado (<i>Stricto Sensu</i>)			
Doutorado (<i>Stricto Sensu</i>)			
TOTAL VALIDADO (nota máxima de dez pontos)			

Assinatura do candidato (a)

Registros (para uso interno da Fundação La Salle):

Analisado por:	Homologado por:
----------------	-----------------

Considerações:

Anexo IV – Conteúdo Programático e Bibliografia Sugerida por Cargo/Ocupação

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação do Aviso de Abertura de Inscrições.

LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdos Programáticos:

Análise global do texto. Ortografia. Relações entre fonemas e grafias. Acentuação gráfica. Morfologia: estrutura e formação de palavras. Classes de palavras e seu emprego. Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Equivalência e transformação de estruturas. Discurso direto e indireto. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Crase. Pontuação. Interpretação de textos: variedade de textos e adequação de linguagem. Estruturação do texto e dos parágrafos. Informações literais e inferências. Estruturação do texto: recursos de coesão. Significação contextual de palavras e expressões.

Bibliografia Sugerida:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 2010.
FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo-Livros, 2004.
FIORIN, José L.; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
KOCH, I. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental – De acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2009.

LEGISLAÇÃO

Conteúdos Programáticos:

Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; Dos Direitos Políticos; Dos Partidos Políticos. Da Organização do Estado: Da Organização Político-Administrativa; Da União; Dos Estados Federados; Dos Municípios; Da Administração Pública. Da Administração Municipal. A Lei Orgânica do Município de Canoas. Do Estatuto do Servidor Público. Plano de Carreira do Município de Canoas. Licitações e Contratos. Código de Conduta Ética Municipal. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
Município de Canoas. Lei Orgânica do Município de Canoas.
_____. Lei Nº 2214, de 30 de junho de 1884 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Canoas.
Lei Nº 5.877, de 31 de outubro de 2014. Dispõe sobre os Cargos, as Carreiras e o Sistema de Remuneração do Quadro Geral da Administração Pública de Canoas.
Decreto Nº 351, de 09 de dezembro de 2014. Institui o Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta. Canoas, 2014.
BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.
_____. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002.
Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003.
Lei Nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Conteúdos Programáticos:

Problemas de raciocínio lógico envolvendo estruturas lógicas; lógica de argumentação; proposições; teoria dos conjuntos; análise combinatória; princípios de contagem, noções de estatística e probabilidade. Razão e

proporção; noções de matemática financeira. Regra de três, Regra de três composta, porcentagem, juros simples, juros compostos.

Bibliografia Sugerida:

HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar. Combinatória e probabilidade - volume 5. São Paulo: Atual, 2008
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel et al. Fundamentos de matemática elementar – volumes 1 a 11. São Paulo: Atual, 2008.
SÉRATES, Jonofon. Raciocínio lógico – volumes I e II. Ed. Jonofon Sérates, [s.d.].
SILVEIRA Ênio; MARQUES, Cláudio. Matemática contextualizada – 6º ao 9º Anos. [S.d]: Editora Construir, 2006.

INFORMÁTICA

Conteúdos Programáticos:

Fundamentos da Computação: conceitos básicos de informática, componentes funcionais de computadores (hardware e software), periféricos, dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados. Conceitos básicos e características de sistemas operacionais, de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas, diretórios, arquivos e atalhos, Windows Explorer, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos no Windows XP. Conceitos e funções de aplicativos das versões do MS Office: editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações de slides. Aplicativos associados à internet: navegação e correio eletrônico (Internet Explorer, Outlook Express, Firefox). Conceitos básicos de intranet, internet, rede, estação e servidor. E-mail: envio e recepção de mensagens, através de interface webmail ou do software Outlook Express; anexar arquivos em mensagens. Noções de segurança das mensagens. Internet: conceitos baseados no Internet Explorer 6 ou superior, navegação, URLs, links. Microsoft Office 2007 e BrOffice 3.1: Editor de Texto - estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos pré-definidos, caixas de texto. Planilhas Eletrônicas - estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos pré-definidos, controle de quebras, numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação. Trabalho em Rede: compartilhamento de pastas e arquivos, localização e utilização de computadores e pastas remotas, mapeamento de unidades da rede.

Bibliografia Sugerida:

BATTISTI, Júlio. Windows XP – Home & professional para usuários e administradores. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2002.
BROFFICE. Ajuda online. (Ajuda eletrônica integrada ao Programa).
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. São Paulo: Prentice-Hall, 2008.
COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. TIC Domicílios. Uso e posse de computador e internet, barreiras de acesso, uso do celular, intenção de aquisição. Disponível em: <<http://www.cetic.br/palestras/pdf/2008/pal2008fisl-04.pdf>>.
FIREFOX. Ajuda. Disponível em: <<http://br.mozdev.org/ajuda/>>.
MEYER, Marilyn; BABER, Roberta; PFAFFENBERGER, Bryan. Nosso futuro e o computador. Porto Alegre: Bookman, 2000.
MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Internet Explorer 8. (Ajuda eletrônica integrada ao Programa).
_____. Ajuda do Microsoft Excel 2007. (Ajuda eletrônica integrada ao Programa).
_____. Ajuda do Microsoft, Windows 2000 Professional, Windows XP, Windows Vista e Seven. (Ajuda eletrônica integrada aos Programas).
_____. Ajuda do Outlook Express 6 ou superior (Ajuda eletrônica integrada aos Programas).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - GESTOR ADMINISTRATIVO

Conteúdos Programáticos:

Princípios e fundamentos da Administração. Planejamento estratégico. Gestão de Pessoas. Gestão de Projetos. Gestão de Estoques. Gestão de Suprimentos. Gestão Pública. Licitações e contratos. Contabilidade aplicada ao setor público. Orçamento aplicado ao setor público. Finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Bibliografia Sugerida:

- ANDRADE, N. A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal: métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo, McGraw-Hill, 2007.
- BEZERRA FILHO, J. E. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.
- _____. Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- _____. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002.
- CARVALHO, M. M.; RABECHINI JUNIOR, R. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- _____. Princípios da Administração: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- FRANCISCHINI, G. P.; GURGEL, F. A. Administração de materiais e do patrimônio. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- MINTZBERG, H. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- PALADINI, E. P. Gestão Estratégica da Qualidade: princípios, métodos e processo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - GESTOR CONTÁBIL - FINANCEIRO

Conteúdos Programáticos:

Contabilidade Societária; Patrimônio e Variações Patrimoniais; Princípios de Contabilidade; Plano de Contas; Demonstrações Contábeis; Critérios de Avaliação de Componentes Patrimoniais; Depreciação, amortização e exaustão: conceitos, métodos e critérios de cálculo e contabilização; Provisões. Análise De Demonstrações Contábeis. Análise sob os aspectos horizontal e vertical; Índices e coeficientes financeiros, patrimoniais, de estrutura e econômicos. Evidenciação e interpretação. Contabilidade Aplicada Ao Setor Público. Orçamento público. Receita pública. Despesa pública. Créditos adicionais. Plano plurianual. Lei de diretrizes orçamentárias. Lei orçamentária anual. Execução fiscal. Lei de Responsabilidade Fiscal. Patrimônio público. Composição do patrimônio. Variações patrimoniais. Registro das operações típicas de um órgão público. Plano de contas do setor público (PCASP). Demonstrações Contábeis. Critérios de avaliação patrimonial. Licitações. Contratos da Administração Pública.

Bibliografia Sugerida:

- BRASIL. Lei 4.320/1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.
- _____. Lei 8.666/93. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.
- _____. Lei Complementar nº 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.
- _____. Manual de contabilidade aplicado ao setor público. 5ª Edição Brasil; Secretaria do Tesouro Nacional, 2012. Parte I, II, IV e V.
- FIPECAFI. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as Sociedades, de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2013.
- CFC. NBC T 16.1 até NBC T 16.11.
- C PC – Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços, 7ª Ed. 2010, ATLAS, São Paulo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - NUTRICIONISTA

Conteúdos Programáticos:

Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição. Alimentos e Nutrientes. Ética profissional.

Fisiologia e metabolismo da nutrição. Higiene dos Alimentos. Técnica Dietética. Nutrição e Dietética. Segurança Alimentar e Nutricional. Microbiologia dos Alimentos e Toxi-infecções alimentares. Boas Práticas de Fabricação. Nutrição e Dietoterapia nos ciclos da vida. Terapia Nutricional. Nutrição Enteral e Parenteral. Nutrição em Saúde Coletiva. Política de Saúde e o SUS. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Atenção Primária a Saúde. Estratégia de Saúde da Família. Avaliação Nutricional Individual e de Coletividades. Regulamentação Profissional do Nutricionista. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Bibliografia Sugerida:

- ABREU, Edeli Simione de. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. São Paulo: Metha, 2011.
- ANVISA. Resolução - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 e suas alterações/atualizações. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2003.
- ANVISA. Resolução - RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 e suas alterações/atualizações. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN 334/2004 e suas alterações/atualizações - Código de Ética do Nutricionista.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN 380/2005 e suas alterações/atualizações – Atuação do Nutricionista e suas Atribuições.
- BRASIL. Secretaria da Saúde do RS. PORTARIA nº 78/2009. Aprova a lista de verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e da outras providencias.
- BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. Resolução nº 38/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- BRASIL. Lei nº 11947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. Resolução nº 26/2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE.
- BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e da outras providencias. Decreto 7272 de 25 de agosto de 2010 que Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano a alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e da outras providências. O direito humano à alimentação adequada e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Organizadora, Marília Leão – Brasília: ABRANDH, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. Resolução CFN nº 541, de 14 de maio de 2014. Altera o Código de Ética do Nutricionista, aprovado pela Resolução CFN nº 334, de 10 de maio de 2004, e dá outras providencias. Decreto Estadual n.º 23.430, de 24 de outubro de 1974. Aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública.
- DOMENE S. M .A. Técnica Dietética – Teoria e Aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
- KINTON, Ronald. Enciclopédia de Serviços de Alimentação. São Paulo: Varela, 1995.
- KRAUSE. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2013.
- MONTEIRO, Jaqueline Pontes. Nutrição e Metabolismo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27).
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de Atenção Básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento da Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 61 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 978-85-334-1536-2.
- ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl. Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos. São Paulo: Atheneu, 2001.
- PALMA, Domingos. Nutrição Clínica na Infância e na Adolescência. São Paulo, Manole, 2009.

- PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Rev. Saúde Pública, v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001.
- RDC Nº 52, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para os Serviços de Alimentação.
- SANT'ANA, Helena Maria Pinheiro. Planejamento físico-funcional de unidades de alimentação e nutrição. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.
- SHILS, Maurice E. Tratado de nutrição moderna. São Paulo, Baueri: Manole, 2009. Volumes I e II.
- SILVA, Sandra Maria Chemim Seabra da; MURA, Joana D'Arc Pereira. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo, Roca: 2011.
- SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. São Paulo: Varela, 2014.
- SYLVIA, Scott-Stump. Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento. São Paulo, Baueri: Manole, 2007.
- TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; SILVA, Giovana Longo; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rúbio, 2011.
- TEIXEIRA, Suzana et al. Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo: Atheneu, 2007.
- TONDO, Eduardo César; Bartz Sabrina. Microbiologia e Sistemas de Gestão da Segurança de Alimentos. Porto Alegre, Sulina: 2011.
- VIEIRA, Marta Neves Campanelli Marçal; JAPUR, Camila Cremonesi. Gestão de Qualidade na Produção de Refeições. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan: 2012.
- VITOLLO, Márcia Regina. Nutrição da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.
- WAITZBERG, Dan Linetzky. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. São Paulo: Atheneu, 2009. Vol. I e II.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - PSICÓLOGO

Conteúdos Programáticos:

Comportamento Organizacional. Gestão de Pessoas. Gestão por Competências. Avaliação de desempenho. Treinamento e Desenvolvimento. Recrutamento e Seleção. Comunicação no ambiente de trabalho. Trabalho em equipe. Psicologia Institucional. Psicologia Social. Psicologia Comunitária. Saúde mental no Trabalho. Psicopatologia. Psicodiagnóstico. Políticas Públicas. Dinâmica da Personalidade. Doenças relacionadas ao trabalho. Saúde Coletiva. Atuação do psicólogo no SUS e no SUAS. Ética profissional, resoluções e referências de atuação profissional CFP.

Bibliografia Sugerida:

- BAREMBLIT, Gregório. Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: teoria e prática. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
- BENEVIDES, R. & PASSOS, E. A Humanização como Dimensão Pública das Políticas de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v.10, n.3, 2005.
- BLEGER, José. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização (PNH): Clínica Ampliada, Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Método para Análise e Co-Gestão de Coletivos. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP – Conselho Federal de Psicologia, 2010.
- _____. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília: 2005.
- _____. Resolução nº 7/2003, de 14 de junho de 2003. Brasília., DF, 2003.
- _____. Resolução nº 01/2009, de 30 de março de 2009. Brasília: DF, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL & CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. Brasília: CFSS & CFP, 2007.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) Saúde do Trabalhador no âmbito da saúde Pública: referências para a atuação do(a) psicólogo(a) / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2008. 74p.
- CUNHA, J.A. & col. Psicodiagnóstico – V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003
- DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO – Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde – Publicação do Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Organizado por Elizabeth Costa Dias. 2001.
- DSM-IV. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.
- Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011. Brasília-DF. 2011.

- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Tratado de Saúde coletiva. São Paulo; Hucitec, 2012.
- CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREOPOP). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2007.
- _____. Senhoras e senhores gestores da Saúde, Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- _____. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- GUIMARÃES, L. A. M; GRUBITS S. (Org). Saúde mental e trabalho. Vol.1. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- JACQUES, M. G. C., STREY, M. N., BERNARDES, N. M. G., GUARESCHI, P. A., CARLOS, S. A. & FONSECA, T. M. G. Psicologia Social Contemporânea: livro-texto. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- LANCETTI, Antônio. Clínica Peripatética. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LEME, Rogério (Org). Gestão por Competências no Setor Público. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
- OLIVEIRA, Carmem Silveira. Sobrevivendo no Inferno: violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Capítulo V: Transtornos Mentais e Comportamentais. In:_____. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10A rev. (CID-10). São Paulo: EDUSP, 2007.
- RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social para Principiantes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- Santos, Fabia Monica Souza dos; Jacó-Vilela, Ana Maria O psicólogo no hospital geral: estilos e coletivos de pensamento. Paidéia (Ribeirão Preto), Ago 2009, vol.19, no.43, p.189-197.
- XIMENES, PAULA & BARROS. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Psicologia, Ciência e Profissão, 2009, 29 (4), 686-699. Brasília: CFP, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conteúdos Programáticos:

Planejamento e organização, controle, coordenação, supervisão, execução e avaliação dos serviços de atividades físicas, desportivas e similares. Ensino e aprendizagem do esporte e atividades físicas. Avaliação e prescrição da atividade física. Aptidão física relacionada à saúde. Benefícios da atividade física regular. Avaliação antropométrica, postural e Anamnese. Princípios fisiológicos do treinamento físico. Periodização e planejamento do treinamento físico. Educação física: concepções, desafios e tendências. Saúde, atividade física e qualidade de vida. Anatomia e fisiologia. Ginástica Laboral. Atividade física para grupos de especiais: gestantes, terceira idade, hipertensos, diabéticos, obesos. Abordagens didático-metodológicas no trato com o conhecimento da Educação Física. O objeto de estudo e as especificidades da Educação Física. Ginástica, lutas, danças, capoeira, esportes – voleibol, basquetebol, atletismo, futebol de campo, futsal, handebol. Os fundamentos, as técnicas, as táticas e as regras dos conteúdos da Educação Física (ginástica, lutas, dança, capoeira, o jogo, esportes: handebol, voleibol, basquetebol, atletismo, futebol de campo, futsal). Desenvolvimento motor. Metodologia do ensino de Educação Física e da iniciação Esportiva. Conceitos do Lazer e Recreação. Ginástica laboral. Aprendizagem dos esportes coletivos. Elaboração de Projetos e Organização de eventos esportivos. Ensino e Aprendizagem do Esporte na 3ª Idade. Treinamento desportivo. Efeitos fisiológicos do treinamento desportivo. Gestão esportiva. Ensino e Aprendizagem do esporte para deficientes.

Bibliografia Sugerida:

- Atlas de Anatomia Humana. São Paulo: DCL, 2010.
- BETTI, M. (Org.) Educação Física e mídia: novos olhares, outras práticas. São Paulo: Hucitec, 2003.
- BIZZOCCHI, Cacá – O voleibol de alto nível: da iniciação à competição. SP, Fazendo Arte, 2000.
- BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. 4ª ed.
- BOMPA, T.O. Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento. São Paulo: Editora Phorte, 2002.
- BRUHNS, Heloisa Turini. Relações entre a Educação Física e o Lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). Introdução aos Estudos do Lazer. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997. (Coleção Livro-texto).
- CARVALHO, Yara Maria de. Atividade física e saúde: onde está e quem é o "sujeito" da relação?, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n. 2, p. 9-21, jan. 2001.
- CASTELLANI FILHO, Lino [et al.] Metodologia do ensino de Educação Física. 2. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- CORAZZA, M. A. Terceira Idade & Atividade Física. 3 ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- COSTA, A. M.; Atividade física e esporte para portadores de deficiência física. In: SESI-DN; Lazer, atividade física e esportes para portadores de deficiência. Brasília, Ministério do Esporte e Turismo, 2001.
- DUMAZEDIER, Jofre. Sociologia empírica do lazer. 1914. Tradução Sílvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999. – (Debates, 164).

- EHRET, Arno; SPATE, Dietrich; SCHUBERT, Renate; ROTH, Klaus. Manual de Handebol – Treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo, Editora Phorte, 2002.
- FERNANDES, José Luís. Atletismo: lançamentos e arremesso. 2ª ed. rev. São Paulo: EPU, 2003.
- FERNANDES, José Luís. Atletismo: corridas. 3ª ed. rev. São Paulo: EPU, 2003.
- FIGUEIREDO, Fabiana; MONT'ALVÃO, Cláudia. Ginástica laboral e ergonomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008. 191 p.
- FLOR, Iván; GÁNDARA, Cristina; REVELO, Javier; MELLO, Alexandre Moraes. Manual de Educação Física: esportes e recreação por idades. Polígono Industrial Arroyomolinos. Calle C, n. 15. Madrid, Espanha. Impressão: Gráfica Grecco&Melo. Tradução: Adriana de Almeida, Flávia Ferreira dos Santos e Mônica Iglesias de Cirone.
- FREIRE, João Batista & SCAGLIA, Alcides José. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003.
- FREITAS, P. S. Educação física e esportes para deficientes. Coletânea, UFU, 2000.
- FOSS, E.L.; MATHEWS, D.K. Bases fisiológicas da educação física e do esporte. (6a ed). Rio de Janeiro: Interamericana, 2000.
- GOMES, Euza Maria de Paiva. A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.
- GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. Editora Phorte, 2005. 3ª. ed.
- GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. O corpo: filosofia e educação. São Paulo: Ática, 2007.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Orgs.). Dicionário Crítico de Educação Física. Ijuí: Editora Unijuí, 2008. 2ª Ed. Revisada.
- GRECO, Pablo J. ; BENDA, R. N (Orgs.). Iniciação Esportiva Universal 1. Da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- GRECO, Pablo Juan; ROMERO, Juan J. Fernandez. Manual De Handebol - Da Iniciação Ao Alto Nivel, Phorte Editora, 360p, 2014.
- GOMES, Antonio Carlos. Treinamento desportivo: estruturação e periodização. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. xii, 276 p.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001. – (Coleção Educação Física e Esportes).
- LAMBERTUCCI, Rafael et al. Corpo ativo e saúde. In: MOREIRA, Vagner (Org.) Século XXI e a era do corpo ativo. Campinas, SP: Papyrus, 2006.
- LOHMANN, Liliانا Adiers. Atletismo – Manual Técnico para Atletas Iniciantes. Rio de Janeiro, Sprint. 2011
- LOZANA, Claudio. Basquetebol – Uma aprendizagem a través da metodologia dos jogos. Rio de Janeiro, Sprint, 2007.
- KRÖGER, Christian; ROTH, Klaus. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005. 208 p.
- MATTAR, Michel Fauze. Gestão de Negócios Esportivos – Autor: & Fauze Nagib Mattar Editora: Elsevier – Ano: 2013.
- MENDES, Rricardo & LEITE, Neiva. Ginástica Laboral: princípios e aplicações práticas. Barueri, SP: Manole, 2008.
- MENEZES, Vilde; MULATINHO, Carlos. Gestão do Esporte: Uma Introdução. Editora: Universitária FUPE – Ano: 2011.
- MADEL, Luz. As novas formas de saúde: práticas, representações e valores culturais na sociedade contemporânea. São Paulo: Hicetex, 2003.
- MAGILL, Richard A. Aprendizagem motora – conceitos e aplicações. São Paulo: Edgar Blücher, 2002.
- MARONEZE, Sérgio. Basquetebol – Manual de ensino. São Paulo. Ícone Editora. 2013.
- MATIAS, Marlene, Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 5. Ed. Barueri: Manole, 2010.
- DE MARCO, A. (Org.). Educação Física: cultura e sociedade. Campinas: Papyrus, 2006.
- MEDINA, João Paulo Subirá. A educação física cuida do corpo e “mente”. Campinas: Papyrus, 2001.
- NEIRA, M.G & NUNES, M.L.F. Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas. São Paulo: Phorte, 2006.
- POIT, Davi Rodrigues. Organização de eventos esportivos. 3. Ed. São Paulo: Phorte, 2004.
- POIT, Davi Rodrigues. Elaboração de Projetos Esportivos. Editora: Phort Ano: 2013
- POWERS, S. K.& HOWLEY, E. T. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e desempenho (6a ed.). São Paulo: Manole, 2009.
- ROSE JUNIOR, D. Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre : Artmed, 2009.
- RAMOS, A. M.; NEVES, R. L. R. A Iniciação Esportiva e a Especialização Precoce à Luz da Teoria da Complexidade – Notas Introdutórias. Pensar a Prática 11/1: 1-8, jan./jul. 2008.
- SANTANA, Wilton Carlos de. Futsal: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização. Campinas: Autores Associados, 2004. 144 p.
- SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 580-588, mar/abr, 2004.
- SILVA, Rudney da et al. Considerações teóricas acerca do sedentarismo em adolescentes. Pensar a Prática, [S.I.], v. 16, n. 1, mar. 2013.
- SHONDELL, Donald S.; REYNAUD, Cecile. A bíblia do treinador de voleibol. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SHEPHARD, R. Envelhecimento, atividade física e saúde. Roy J. Shephard; trad. Maria Aparecida da Silva Pereira Araújo. São Paulo: Phorte, 2003. 485p.
SOARES, Carmen Lúcia. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 2002.
VERDERI, E. O corpo não tem idade: educação física gerontológica. Jundiaí, SP: Fontoura, 2004. 152p.
VERKHOSHANSKI, Y.V. Treinamento Desportivo: Teoria e Metodologia. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.
VIEIRA, Alexandre Arante Ubilla. Atividade física: qualidade de vida e promoção da saúde. Atheneu, 2012.
VOSER, R. C. Futsal: princípios técnicos e táticos. 2ª Ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2003.
TONDIN, Gilmar; VIDAL, Rogério J.; FEIX, Eneida. 11º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Porto Alegre. Corag, 2014.
XAVIER, Maria Luisa M.; ZEN, Maria Isabel H. Dalla (Org.). Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - BIÓLOGO

Conteúdos Programáticos:

Fundamentos de vigilância sanitária: epidemiologia, conceitos, campos de abrangência, termos específicos, identificar as ações e os produtos, serviços, ambientes e processos de trabalho da vigilância sanitária. Saneamento Básico: fundamentos de saúde pública na área de abastecimento d'água e remoção de excretas humanos, conhecimentos elementares e soluções práticas para preservação da saúde humana, melhorando as condições sanitárias do meio ambiente. ETAs e ETES: teoria dos processos de tratamento e as técnicas operacionais e de dimensionamento das unidades das estações de tratamento de água, tratabilidade da água e dos resíduos gerados nas ETAs, desinfecção de efluentes sanitários. Hidrobiologia aplicada ao Saneamento Básico: avaliação de impactos ambientais, poluição hídrica, ciclo hidrológico, uso dos recursos hídricos, conseqüências da poluição das águas. Eutrofização. Ecotoxicologia: conceitos, fontes, tipos e propriedades dos produtos tóxicos, distribuição e transformação dos químicos no ambiente, resposta molecular, fisiológica e comportamental dos organismos, efeitos nas populações, comunidades e ecossistema, biomonitoramento e biomarcadores ambientais. Legislação: resoluções CONAMA nºs 357/2005 e 420/2009, Resolução CONAMA 430/11, Portaria FEPAM 03/12, Resolução CONSEMA 287/14, Resolução CONAMA 237/97, Lei Complementar 140/11, CONSEMA nºs 128 E 129/2006, Lei Federal n.º 12.305, Lei Federal 9.605/98, Lei Federal 6.938/81. Padrões de Potabilidade e Efluentes Líquidos. Toxicidade, danos ao processo de tratamento de águas, balneabilidade e outros usos nobres. Processos de remoção. Floração e Eutrofização, causas, efeitos e soluções; Conceito de ambientes eutróficos. Monitoramento, coleta, concentração e preparo de amostras líquidas, de sedimento de fundo de cursos de água para análises de fitoplâncton e organismos bentônicos (vertebrados e Invertebrados). Entomologia ligada à saúde pública.

Bibliografia Sugerida:

BAIRD, C. Química Ambiental. Bookman, Porto Alegre: 2002.
BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010.
_____. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Publicada no DOU nº 90, de 13 de maio de 2002.
_____. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA Nº 420, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2009. Seção 1.
Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Volume I. Brasília, 2002. Disponível em: < bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/guia_vig_epi_vol_I.pdf >
DACACH, N.G. Saneamento Básico. EDC-Editora Didática e Científica, Rio de Janeiro: 1990.
DI BERNARDO, L.; DI BERNARDO, A.; et al. Ensaio de tratabilidade de água e dos resíduos gerados em Estações de Tratamento de água. RiMa, 2002.
ESTEVES, F.A. Fundamentos de Limnologia. Interciência, Rio de Janeiro: 1998.
GONÇALVES, R.F. (Coord.). Desinfecção de efluentes sanitários. Rio de Janeiro: RiMa, 2003.
MACÊDO, J.A.B. Introdução a química ambiental: química & ambiente & sociedade. Minas Gerais: CRQMG, 2002.
Marcondes, C.B. Entomologia Médica e Veterinária. São Paulo: Editora Atheneu, 2011.
ODUM, E.P. Fundamentos de Ecologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
PINTO, W.D.; ALMEIDA, M. Resoluções CONAMA, 1984/2002. Brasília: Editora Fórum, 2002. Portaria 518 de potabilidade do Ministério da Saúde.
PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Londrina, 2001.
PURVES, W.K.; SADAVA, D.; OIANS, G.H.; HELLER, H.C. (Eds.). Vida: A Ciência da Biologia. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2002.

RANDALL, D.; WARREN, B.; RATHELEEN, F. Fisiologia Animal: Mecanismos e Adaptações. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2000.

RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. Biologia Vegetal. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA. Resolução N° 128/2006, de 24 de novembro de 2010. Dispõe sobre a fixação de Padrões de Emissão de Efluentes Líquidos para fontes de emissão que lancem seus efluentes em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 07 dez. 2006.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA. Resolução N° 129/2006, de 24 de novembro de 2010. Dispõe sobre a definição de Critérios e Padrões de Emissão para Toxicidade de Efluentes Líquidos lançados em águas superficiais do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 07 dez. 2006.

_____. Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM. Portaria N° 016/2010, de 20 de abril de 2010. Dispõe sobre o controle da disposição final de resíduos Classe I com características desinflamabilidade no solo, em sistemas de destinação final de resíduos denominados “aterro de resíduos classe I” e “central de recebimento e destinação de resíduos classe I”, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 26 abr. 2010.

STORER, T.I.; USINGER, R.L.; STEBBINS, R.; NYBAKKEN, J.W. Zoologia Geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

TORTORA, G.J. Microbiologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - ASSISTENTE SOCIAL

Conteúdos Programáticos:

Regulamentação da profissão, demandas e desafios atuais do Serviço Social). Legislação Profissional: Lei que regulamenta a Profissão; Código de Ética do Assistente Social, Diretrizes Curriculares da ABEPSS para a Formação Profissional. Projeto Ético-Político do Serviço Social como fundamento da formação e do exercício profissional. Inserção do assistente social nos processos de trabalho. Instrumentos do Trabalho Profissional: Entrevista, Grupo, Reunião e Visita Domiciliar. Processos de gestão na organização do trabalho e nas políticas sociais: planejamento, coordenação, execução, monitoramento e avaliação. Formulação e gestão de políticas sociais. O assistente social como trabalhador, as estratégias profissionais, a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e o produto do seu trabalho. Dimensão investigativa da profissão-concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. Leitura e interpretação de indicadores sociais. Dinâmica institucional e a formulação de projetos de intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. Redes de atendimento. Assessoria técnica. Perícia, Estudo e Laudo Social. Supervisão do trabalho profissional e estágio. Questão social, políticas e movimentos sociais. Estado e políticas sociais. A legislação social e as leis regulamentadoras das políticas de Trabalho, Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Habitação, Educação. Legislações afirmativas dos direitos de: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Mulher.

Bibliografia Sugerida:

AMARO, Sarita Alves. Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: Age, 2003.

BAPTISTA, Miryan Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentalização. São Paulo: Veras, 2000.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. M. Lucia S. Ética: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. M. Lucia S. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (organizador) – São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990.

Conselho Federal de Serviço Social & Conselho Federal de Psicologia. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. Brasília: CFSS & CFP, 2007.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 e alterações - Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.

_____. Lei N.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a LOAS (Organização da Assistência Social) e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e alterações. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, 1994.

_____. Lei N. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. 2004.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.

_____. Lei N.º 12.435/2011. Dispõe sobre o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Brasília, 2011.

CARVALHO, M.C.B. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.87. São Paulo: Cortez, Especial.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (Orgs.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPS. 2009.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Carmelita; SILVA E SILVA, Maria Ozanira da; RAICHELIS, Raquel. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS V.de P. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Cortez, 2014.

_____, V.P. Desafios do Serviço Social na era da globalização In: Revista Serviço Social e Sociedade n.61. São Paulo: Cortez

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Marilda Villela. Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2005.

KERN, F.A. As mediações em redes como estratégia metodológica do serviço social. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.

LEWGOY, ALZIRA MARIA BAPTISTA, Supervisão de Estágio em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, M.H.C. O tempo do SUAS. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.87. São Paulo: Cortez, Especial.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo. Veras, 2003.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. & BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS. Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria. A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I - BIBLIOTECÁRIO

Conteúdos Programáticos:

Arquivo. Biblioteca eletrônica/digital. Controle e avaliação de sistemas e serviços de informação. Direitos Autorais. Ética em informação. Fontes de informação. Formação e atuação profissional do bibliotecário. Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Fundamentos da preservação de documentos. Gerenciamento da informação em ambiente Web. Gestão da informação e do conhecimento. Gestão de recursos e serviços informacionais. Gestão de Sistemas e Serviços de Informação. Indexação e resumos. Linguagens documentárias. Marketing em ambientes de informação. Normatização de documentos. Organização e representação da informação. Planejamento e elaboração de bases de dados. Serviços de Referência e Informação. Sistemas e redes de informação. Tecnologias de informação.

Bibliografia Sugerida:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520 - Informação e documentação- citações em documentos- apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

_____. NBR 6023 - Informação e documentação –referências - elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

_____. NBR 6022 - Informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ALMEIDA, M. C. B. de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

ALVES, Alessandra; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. Ciência da informação, Brasília, v. 39, n. 2, ago. 2010. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>

AMARAL, Sueli Angélica do. Marketing da informação: abordagem inovadora para entender o mercado e o negócio da informação. Ciência da informação, Brasília, v. 40, n. 1, abr. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. Ci. Inf., Brasília, v. 38, n. 3, dez. 2009. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>.

ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. Ciência da informação, Brasília, v.33, n.2, p.15-27, maio/ago., 2004. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>

CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CUNHA, Murilo Bastos da. Manual de fontes de informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

CURRÁS, Emília. Tesouros: linguagens terminológicas. Brasília: IBICT, 1995. Disponível em:<

<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/454>>.

DARNTON, Robert. A questão dos livros. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FONSECA, Edson Nery da. Introdução à biblioteconomia. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

GROGAN, Denis. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

LANCASTER, F.W. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2003.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. Ciência da informação, Brasília, v. 35, n. 3, dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>.

NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio. Organização da informação princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da Biblioteconomia. Briquet de Lemos: Brasília, 2009.

ROWLEY, Jennifer E. A biblioteca eletrônica. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SERRA, Liliana Giusti. Livro digital e bibliotecas. São Paulo: FGV, 2014.

SIQUEIRA, André Henrique. Sobre a natureza da tecnologia da informação. Ciência da informação, Brasília, v. 37, n. 1, abr. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. A biblioteca digital. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TARAPANOFF, Kira. ; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, P. M. Jeanne. Sociedade da informação e Inteligência em unidades de informação. Ciência da informação, Brasília, v. 29, n.3, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro. Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

ZAFALON, Zaira Regina. Formato MARC 21 bibliográfico. São Carlos: Edufscar, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL I – MÉDICO VETERINÁRIO

Conteúdos Programáticos:

Saúde Pública. Enfermidades transmitidas por alimentos. Zoonoses. Epidemiologia Veterinária. Principais indicadores epidemiológicos. Vigilância Sanitária. Métodos e técnicas de eutanásia em animais. Vigilância em Zoonoses e controle de animais domésticos. Defesa Sanitária Animal. Doenças de Notificação Compulsória. Coleta e remessa de material para laboratório. Diagnóstico laboratorial: Provas, testes e parâmetros. Inspeção sanitária de produtos de origem animal: procedimentos adotados segundo a legislação vigente. Boas Práticas de Fabricação. Epidemiologia, patologia e diagnóstico das Doenças de Notificação Compulsória. Normas, instruções normativas e legislação estaduais, federais e internacionais pertinente à área da medicina veterinária. Farmacologia Veterinária. Toxicologia. Técnica cirúrgica. Anestesiologia veterinária. Medicina de Animais Selvagens. Nutrição e Alimentação animal. Manejo de animais selvagens. Contenção de Animais Selvagens. Comportamento e bem estar animal. Etologia animal.

Bibliografia Sugerida:

ADAMS, R. Farmacologia e Terapêutica em Veterinária. Guanabara-Koogan: Rio de Janeiro, 2003. 1048p.

ANDRADE, S. F. Manual de Terapêutica Veterinária. Roca: São Paulo. 3 Ed. 2008. 697p.

ATALLAH, F. A. Avaliação das complicações pós-operatórias em cadelas submetidas à ovariário-histerectomia. Seropédica: UFRuralRJ, 2008. 76p. (Dissertação, Mestrado em Medicina Veterinária)

BIRCHARD, S.J.; SHERDING, R.G. Manual Saunders - Clínica de Pequenos Animais. 3ed. São Paulo: Roca, 2008. 2072p.

BLOOD, D. C., HENDERSON, J. A., RADOSTITS, O. M. Clínica veterinária. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1991. 1263p.

BOJRAB, M.J. Técnicas Atuais em Cirurgia de Pequenos Animais. 5 ed. São Paulo:Roca, 2005. 869p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.160 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Normas Técnicas de Profilaxia da Raiva Humana. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7ª. ed., Brasília. Ministério da Saúde. 2009. 816 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de Diagnóstico Laboratorial da Raiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 108 p.: il. – (Serie A. Normas e Manuais Técnicos).

Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Controle de Roedores. Brasília. 2002. 132 p.:

il.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral. – 1. ed., 5. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 120 p.: il.

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Lei dos Crimes Ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Lei das Infrações Sanitárias. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete do Ministro. Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013. Altera a lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de defesa sanitária animal. Diário Oficial da União, n. 186, 25 de setembro de 2013, Seção 1, p. 47.

Lei Federal nº. 8078 de 11/09/1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. 1990.

Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e outras providências. Brasília, 1990.

Ministério da Saúde. Portaria nº. 1.428, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos. Brasília, 1993.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria nº. 326, de 30 de julho de 1997. Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Indústrias de Alimentos. Brasília, 1997.

Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília, 2014.

Lei Federal nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Brasília, 1999.

Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC nº. 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília, 2002.

Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC nº. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, 2004.

Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 04, de 04 de março de 2002.

Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 169, de 20 de fevereiro de 2008.

Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

BROOM, D. M.; FRASIER, A.F.; Comportamento e bem-estar de animais domésticos - 4ª ed. Editora Manole, 2010. p.452

CALICH, V. L. G.; VAZ, C. A. C. IMUNOLOGIA. 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda., 2009. v. 1. 323 p.

CASTRO, João Marcos Adede y. Direito dos Animais na legislação Brasileira. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2006. 216 p.

CODEX Alimentarius. Higiene dos Alimentos – Textos Básicos / Organização Pan-Americana da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Food and Agriculture Organization of the United Nations. – Brasília: Organização Pan- Americana da Saúde, 2006. 64 p.: il. Disponível em http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/codex_alimentarius.pdf

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - Resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - Resolução nº 1015, de 9 de novembro de 2012. Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médicos veterinários de animais de pequeno porte, e dá outras providências

CUBAS, Z. S.; SILVA, J. C. R.; CATÃO-DIAS, J. L. Tratado de Animais Selvagens - Medicina Veterinária - Dois Volumes - 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2014.

DEUTSCH, L.A.; PUGLIA, L.R.R. Os Animais Silvestres: Proteção, Doenças e Manejo. Editora Globo, 1988.

ETTINGER, S.J.; FELDMAN, E.C. Tratado de Medicina Interna Veterinária. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2256p.

FEITOSA, F.L.F. Semiologia Veterinária: A arte do diagnóstico. 2ª ed. Roca, 2008. 735p.

FERREIRA, A.W.; ÁVILA, S.L.M. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes. 3ª ed.

- .Guanabara Koogan S.A., 2013. 466 p.
- FORSYTHE, S. J. Microbiologia da Segurança dos Alimentos - 2ª ed. ARTMED, 2013
- GAYNOR, J. S.; MUIR, W. W. Manual de controle da dor em medicina veterinária. São Paulo: MedVet, 2009.643p
- GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos. Ed. Manole, 2010.
- HENDRENDRICKSON, D.M. Técnicas Cirúrgicas em Grandes Animais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 318p.
- HOBBS, B.C. & ROBERTS, D. Toxinfecções e Controle Higiênico-Sanitário de Alimentos. Ed. Varela, 1993.
- JUSTEN, H.M. Coletâneas em Medicina e Cirurgia Felina. 1 ed. Rio de Janeiro:LF Livros de Veterinária Ltda, 2003. 475p.
- MASSONE, F. Anestesiologia Veterinária- Farmacologia e Técnicas. 6ª ed. . Guanabara Koogan S.A., 2011.
- MOLENTO, C. F. M. Medicina Veterinária e bem-estar animal. Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária, v. 9, Brasília, n. 28/29, 2003, p. 15-20. Suplemento Técnico
- NOVAES, A.P. Contenção mecânica e farmacológica de animais. São Carlos: Embrapa, 1990.
- NELSON, R.W.; COUTO, C.G. Medicina Interna de Pequenos Animais. 3ª ed. St. Louis: Elsevier, 2006. 1360p.
- PAIXÃO, R. L. Bioética e Medicina Veterinária: um encontro necessário. Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Brasília, v. 7, n. 23, p. 20-26, 2001.
- OPPERMANN, C. M.; PIRES, L. C. Manual de Biossegurança para Serviços de Saúde. — Porto Alegre: PMPA/SMS/CGVS, 2003. 80p.: il.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales: bacteriosis y micosis. Vol I. 3.a ed. Washington, D.C.: OPS, © 2001. (Publicación Científica y Técnica No. 580)
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales: clamidiosis, rickettsiosis y virosis. Vol II. 3.a ed. Washington, D.C.: OPS, © 2003. (Publicación Científica y Técnica No. 580)
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales: parasitosis. Vol III. 3.a ed. Washington, D.C.: OPS, © 2003. (Publicación Científica y Técnica No. 580)
- PALÁCIO, J; LEON, M; GARCIA-BELENGER, S. Aspectos epidemiológicos de las mordeduras caninas. Revision. Valencia, Espanha. Gac Sanit. 2005;19 (1):pag. 50-8
- PARDI, M.C.; SANTOS I.F.; SOUZA, E.R. et al. Ciência, higiene e tecnologia da carne. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2001. 623p.
- QUINN, P.J.; MARKEY, B.K; CARTER M.E.; DONNELLY, W.J. & LEONARD, E.C. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. Editora Artmed, Porto Alegre, 2005. 512p.
- RIET-CORREA, F.; SCHILD, A.L.; MÉNDEZ, M.D.C.; LEMOS, R.A.A. Doenças de Ruminantes e Equinos. 2ed. vol. 1 e 2, São Paulo:Varela, 2003.
- ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº. 13.193 de 30 de junho de 2009. Dispõe sobre o controle de reprodução de cães e gatos de rua no Estado do Rio Grande do Sul". Disponível em http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rs.pdf .
- Portaria Estadual/RS nº 78 de 28 de janeiro de 2009. Aprova a Lista de Verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação, aprova Normas para Cursos de Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e dá outras providências.
- SCOOT, W.; MILLER, W. H.; GRIFFIN, C. E. Muller & Kirk - Dermatologia dos Pequenos Animais. Rio de Janeiro: Interlivros. 1996. 1.142p.
- SENAI. Guia para Elaboração do Plano APPCC; geral. 2. ed. Brasília, SENAI/DN, 2000. 301 p. (Série Qualidade e Segurança Alimentar). Projeto APPCC Indústria. Convênio CNI/SENAI/ SEBRAE.
- SERRA-FREIRE, N. M. Considerações sobre bem-estar animal. In: VALLE, S.; TELLES, J. L. (Org.) Bioética e biorrisco: abordagem transdisciplinar. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, v. 1, p. 341-374.
- SLATTER, D.H. Manual de Cirurgia de Pequenos Animais. 2ed. São Paulo: Manole. 1998. 2806p.
- SMITH, B.P. Tratado de Medicina Interna de Grandes Animais. vol.1 e 2, São Paulo:Manole, 1994.
- SPINOSA, H. S.; GÓRNIAC, S. L.; BERNARDI, M. M. Farmacologia Aplicada à Medicina Veterinária. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006.
- STASHAK, T.S. Claudicação em equinos segundo Adams, 4ed. São Paulo:Roca,1994. 1174p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ANALISTA MUNICIPAL I - GESTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Conteúdos Programáticos:

Demandas comuns em Políticas Públicas, Modelos de análise de políticas públicas: Políticas Distributivas, Políticas constitutivas, Políticas Regulamentares, Políticas redistributivas, Políticas específicas. As arenas de disputas. Fases e/ou ciclos das políticas públicas. Agenda, formulação, implementação, monitoramento, avaliação. Os atores em políticas públicas. Instrumentos que compõe as políticas públicas. Os planos, programas, ações e atividades. História da organização das políticas no Brasil e seus principais marcos históricos. Organizações sociais e movimentos da sociedade na construção de diretrizes de políticas públicas brasileiro. Dispositivos legais

das políticas. Gestão de políticas públicas. Planejamento.

Bibliografia Sugerida:

- BRASIL. Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986, que Institui a Escola Nacional de Administração Pública - Enap e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública - Cedam, e da Outras Providências.
- BRASIL. Decreto Lei nº 2.403, de 21 de dezembro de 1987, que fixa Diretrizes do Sistema de Carreira do Serviço Civil da União.
- BRASIL. Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, que Cria a Carreira e os respectivos cargos de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e dá outras providências.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei da Transparência).
- BIASON, Rita de Cássia. Questões contemporâneas de políticas públicas: São Paulo Cultura Acadêmica. 2012.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JR., Marcos; CARVALHO, Yara Maria (Orgs). – Tratado de Saúde Coletiva. – Editora Hucitec / Fiocruz (ISBN: 85-271-0704-X)
- COUTINHO, Joana Aparecida. Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas. São Paulo: Xamã 2012.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. “Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes”, Revista Brasileira de Ciências Sociais 18 (51): 21-30. 2003.
- _____, Carlos Aurélio Pimenta de. Implementação de políticas públicas : teoria e prática. Belo Horizonte PUC MINAS 2012.
- FIGUEIREDO, Marcus e FIGUEIREDO, Argelina C. “Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica”, Revista Fundação João Pinheiro: 108-129. 1986.
- GRAEF, Aldino.(1998). Origens e Fundamentos da Carreira de Gestor Governamental. Respública: Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Vol. 9, nº 1 – jan/jun 2010. [3]
- GARCIA, Maria Lucia Teixeira ;LEAL, Fabiola Xavier Org. Análise de políticas públicas : temas, agenda, processos e produtos. São Paulo ANNABLUME:2012.
- LIMA, Antônia Jesuíta. Políticas públicas e cidadania : temas em debate. Teresina EDUFPI, 2012.
- MULLER, Pierre. A análise das políticas públicas. Pelotas EDUCAT 2004.
- NASCIMENTO, E. R. Gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2010.
- NERY, Inês Sampaio. Cadernos de políticas públicas: Teresina: UFPI 2008.
- OLIVEIRA, F. B. de, ZOUAIN, D. M.,RUEDIGER, M. A.,RICCIO, V. Desafios da gestão pública de segurança. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- PEREIRA, J. M. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: ATLAS, 2010.
- PASTORINI, Alejandra; ALVES, Andrea Moares; GALIZIA, Silvina V Org. Estado e cidadania : reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- Políticas Públicas Conceitos e Práticas – Agenda 21 disponível em www.agenda21.comperj.br
- SILVA, M. O. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2012
- TRINDADE, A. M. Políticas públicas: afinal do que se trata? Mundo Jovem. Porto Alegre, v.43, n.361, p15, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Conteúdos Programáticos:

Planejamento ambiental de Territórios. Gestão Ambiental. Licenciamento Ambiental. Monitoramento e Avaliação da qualidade dos recursos naturais. Avaliação de Impactos Ambientais. Gestão de Resíduos Sólidos. Gestão de Recursos Hídricos. Tratamento de águas residuais. Controle da poluição atmosférica. Sistemas de informação geográfica (SIG) para análise principal de meio físico. Licenciamento ambiental: conceitos jurídicos, normas e procedimentos. Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Legislação ambiental federal e estadual. Restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal. Poluição e conservação dos recursos naturais. Tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades: coagulação/floculação, decantação, filtração, oxidação/desinfecção, aeração - tecnologias, dimensionamento e composição do tratamento em função da qualidade da água bruta. Qualidade da água. Importância do abastecimento de água. A água na transmissão de doenças. Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água, padrões de potabilidade, controle da qualidade da água. Controle de poluição da água. Sistemas de tratamento esgotos sanitários. Sistemas de coleta de esgotos sanitários: traçado, materiais e equipamentos, dimensionamento, operação e manutenção. Tratamento coletivo e individual de esgotos domésticos: características dos esgotos, processos e grau de tratamento (tratamento preliminar, tratamento secundário e terciário), tratamento do lodo, reuso da água e disposição no solo. Potencial e

limitações do reuso da água: utilização agrícola, reuso industrial e na aquicultura. Remoção de microrganismos transmissores de doenças e nutrientes. Tratamento de efluentes industriais: características dos efluentes e tipos de tratamento. Drenagem urbana: traçado, materiais, dimensionamento e manutenção. Normas técnicas e legislação ambiental: A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). A Política Nacional de Saneamento Básico ([Lei 11.455/04](#) [Lei 11.445/07](#)). Estudo de Impactos Ambientais (EIA). Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). ~~Decreto 42.159/2009~~. Resolução CONAMA 01, Resolução CONAMA 237. Resolução CONAMA 430. Resolução CONAMA 357. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei 12.305/10), Resolução CONAMA 404, Resolução CONAMA 358. [NBR 7229/82](#), [NBR 7229/93 versão corrigida 1997- Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos e NBR 12.989/04](#). As normas, NBR 09.648 (NB 566-Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário) NBR 09.649 (NB 567-Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário) [NBR 12.209:2011 - Elaboração de projetos hidráulico-sanitários de estações de tratamento de esgotos sanitários](#). Classificação dos resíduos sólidos (NBR 10.004), Amostragem de resíduos sólidos (NBR 10.007), Armazenamento de resíduos sólidos perigosos e não perigosos (NBRs 12235 e 11174), Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação (NBR 13896), Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos (NBR 8419). Controle e redução de ruídos; Controle da poluição atmosférica e seus parâmetros (Resolução CONAMA 03/1990); Identificação e recuperação de áreas contaminadas ([NBR 15515/2007 Versão corrigida 2011 - Passivo ambiental em solo e água subterrânea](#)); Recuperação de áreas degradadas. Lei 12.651/2012 (Código Florestal Federal), Resoluções CONAMA 303/2002, 0369/2006, 420/2009, ~~13/1990~~ [Lei Estadual 11.520/2000](#) e Lei Complementar 140/2011. GPS: noções básicas de funcionamento e operação.

Bibliografia Sugerida:

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAIRD, Colin. Química ambiental. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRANCO, Samuel Murgel; MURGEL, Eduardo. Poluição do ar. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DI BERNARDO, Luiz; DANTAS, Ângela Di Bernardo. Seleção de tecnologias de tratamento de água. São Carlos, SP: LDIBE, 2008. 2v.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GUERRA, Antonio José Teixeira. Gestão ambiental de áreas degradadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JACOBI, Pedro. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006.

MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. do Autor, 2005.

NUNES A. J. Tratamento Biológico de Águas Residuárias. 3ª ed. Sergipe, 2012

NUNES A. J. Tratamento Físico-Químico de Águas Residuárias. 3ª ed. Sergipe, 2001.

PANORAMA dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: ABRELPE, 2013.

PHILLIPI Jr., Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2005.

REIS, L. B.; FADIGAS, E. A. A.; CARVALHO, C. E. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. Editora Manole, 2005.

SANTOS, Rosely Ferreira dos Santos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SILVA, Fábio César da et al. Gestão pública de resíduos sólido urbano: compostagem e interface agro-florestal. Botucatu, SP: FEPAF, 2009.

Sánchez, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SPERLING, Marcos Von. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: ABES, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO SANITARISTA

Conteúdos Programáticos:

Hidrologia estatística. Mecânica dos fluidos e hidráulica. Hidráulica aplicada ao saneamento. Condutos livres e forçados. Noções de Hidrometeorologia. Noções de saúde pública, epidemiologia e saneamento. Hidráulica sanitária. Sistemas de abastecimento e tratamento de água. Captação de águas superficiais e subterrâneas: tipos de captação, materiais e equipamentos, dimensionamento e proteção. Adução de água: tipo de adutoras, dimensionamento, materiais empregados, bombas e estações elevatórias. Reservatórios de distribuição: tipos, localização, dimensionamento. Redes de distribuição: traçado, métodos de dimensionamento e materiais empregados. Tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades: coagulação/floculação, decantação, filtração, oxidação/desinfecção, fluoretação, aeração - tecnologias, dimensionamento e composição do tratamento em função da qualidade da água bruta. Qualidade da água. Importância do abastecimento de água. A água na transmissão de doenças. Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água, padrões de potabilidade, controle da qualidade da água.

Portaria MS Nº 2914/2011. Decreto Federal 5440/2005. Controle de poluição da água. Sistemas de tratamento esgotos sanitários. Sistemas de coleta de esgotos sanitários: traçado, materiais e equipamentos, dimensionamento, operação e manutenção. Tratamento coletivo e individual de esgotos domésticos: características dos esgotos, processos e grau de tratamento (tratamento preliminar, tratamento secundário e terciário), tratamento do lodo, reúso da água e disposição no solo. Potencial e limitações do reúso da água: utilização agrícola, reúso industrial e na aquicultura. Remoção de microrganismos transmissores de doenças e nutrientes. Tratamento de efluentes industriais: características dos efluentes e tipos de tratamento. Drenagem urbana: traçado, materiais, dimensionamento e manutenção. Normas técnicas e legislação ambiental: A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). A Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.455/07). Lei Federal 6437/1977. Lei Estadual 10350/1994. Decreto 42.159/2009. Resolução CONAMA 01, Resolução CONAMA 237. Resolução CONAMA 430. Resolução CONAMA 357. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei 12.305/10), Resolução CONAMA 404, Resolução CONAMA 358. NBR 12.211 (Estudo de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água), NBR 12.214 (projeto de sistema de bombeamento de água para abastecimento público), NBR 12.215 (Projetos de adutoras de água para abastecimento público), NBR 12.216 (Projetos de Estações de Tratamento de Água para Abastecimento Público), NBR 12.217 (Projetos de Reservatórios de Distribuição de Água para Abastecimento Público) e NBR 12218 (Projeto de redes de distribuição de água para o abastecimento público). NBR 7229/82, NBR 7229/93 e NBR 12.989/01 (NB 041- Projeto construção e operação de sistemas de tanques sépticos). As normas, NBR 09.648 (NB 566-Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário) NBR 09.649 (NB 567-Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário) NBR 12.209 (NB 570-Projeto de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário). Classificação dos resíduos sólidos (NBR 10.004), Amostragem de resíduos sólidos (NBR 10.007), Armazenamento de resíduos sólidos perigosos (NBR 12235), Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação (NBR 13896), Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos (NBR 8419). GPS: noções básicas de funcionamento e operação.

Bibliografia Sugerida:

BRUNETTI, Franco. Mecânica dos fluidos. São Paulo: Pearson, 2005.
CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T (orgs.). Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
GOMES, H. P. Sistemas de abastecimento de água: dimensionamento econômico e operação de redes e elevatórias. João Pessoa: UFPB, 2004.
HELLER, Léo; PÁDUA, Valter Lúcio de (Org.). Abastecimento de água para consumo humano. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.
MIERZWA, José Carlos; HESPANHOL, Ivanildo. Água na indústria: uso racional e reúso. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.
PORTO, R. M. Hidráulica básica. São Carlos: EESC-USP, 2003.
ROHDE, G. M. Geoquímica ambiental e estudos de impacto. Signus Editora, 2000.
TSUTIYA, M. T. Abastecimento de água. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2006.
VERDUM, R; MEDEIROS, R. M. V (orgs.). Rima: Relatório de impacto ambiental. Porto Alegre: Ufrgs, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Conteúdos Programáticos:

Culturas agrícolas e florestais. Solos: fatores de formação do solo. Principais classes de solos no Rio Grande do Sul e sua distribuição. Recursos hídricos. Uso sustentável de recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Uso racional da água. Qualidade da água. Outorga do direito de uso da água. Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Tecnologia de produção, colheita, beneficiamento, classificação, padronização, acondicionamento, conservação, transformação, comercialização, armazenagem, sistema de produção, agro-silvicultura. Criações. Produção de sementes e mudas. Toxicologia e classificação dos agrotóxicos. Receituário agrônomo. Tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos. Resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Descarte de embalagens vazias de agrotóxicos. Silvicultura: principais usos da madeira de reflorestamento; espécies indicadas; produção sementes e mudas; propagação vegetativa; implantação de florestas nativas; manejo de espécies florestais. Recursos Naturais. Solos e aptidão agrícola das terras, planejamento conservacionista, técnicas de manejo e conservação dos solos, água e biodiversidade entre estas e plantio direto; saneamento ambiental-legislação. Mecanização e moto mecanização. Gestão, planejamento, acompanhamento e controle da unidade produtiva. Organização rural. Conhecimentos gerais sobre organizações formais e informais e atribuições da extensão rural junto às organizações de produtores rurais. Extensão rural. Geoprocessamento. Rastreabilidade. Informática aplicada à agricultura. Agricultura orgânica. Certificação de produtos e serviços. Desenvolvimento rural. Agroindústria, mercado e comercialização. Produção de sementes. Organismos geneticamente modificados. Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Receituário Agrônomo. Manejo Integrado de Pragas. Ecologia e preservação dos recursos naturais. Nutrição e adubação de plantas. Agricultura. Horticultura. Planejamento e desenvolvimento rural, comércio e legislação. Cadeias produtivas e

sistemas de produção. Manejo e conservação de solos e água. Legislação na/da área. Lei 12.651/2012 (Código Florestal Federal), Resoluções CONAMA 303/2002, 0369/2006, 420/2009, ~~13/1990~~ e Lei Complementar 140/2011, Parques e jardins, arborização urbana, preservação de recursos naturais, restauração ambiental, bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica, Licenciamento ambiental: conceitos jurídicos, normas e procedimentos. GPS: noções básicas de funcionamento e operação.

Bibliografia Sugerida:

- ALBERONI, R. B. Hidroponia: como instalar e manejar o plantio de hortaliças dispensando o uso do solo. São Paulo: Nobel, 2011.
- ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. SP: Ed. Agropecuária, 2011.
- ANDRIGUETO, J. R. et al. Produção integrada de frutas e sistema agropecuário de produção integrada no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produção integrada no Brasil: agropecuária sustentável, alimentos seguros. Brasília, 2009.
- BALBINO, L. C. et al. Evolução tecnológica e arranjos produtivos de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta no Brasil. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 46, n. 10, p. i-xii, out. 2011.
- BARBOSA, F. R.; GONZAGA, A. C. O. (Ed.). Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro- comum na Região Central-Brasileira: 2012-2014. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2012. (Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 272).
- BALASTREIRE, L. A. Máquinas agrícolas. São Paulo: Manole, 2010.
- BERGAMIN FILHO, A. et al. Manual de fitopatologia. Agrolivros, 2009.
- BOREM, A.; MIRANDA, S. V. Melhoramento de plantas. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de sementes e muda se dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Guia de inspeção de campos para produção de sementes. Brasília, 2011.
- CAMARGO, R. Tecnologia dos produtos agropecuários: alimentos. São Paulo: Nobel, 2010.
- CARVALHO, A. M.; AMABILE, R. F. Cerrado: adubação verde. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2006. 369 p.
- COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO RS/SC. Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Embrapa Solos.
- FACHINELO, J. C. NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. Fruticultura: fundamentos e práticas. Pelotas: UFPEL, 1996.
- GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2010.
- MALAVOLTA, E. Manual de nutrição mineral de plantas. São Paulo: Agronômica Ceres, 2006.
- MACHADO, A. L. T.; REIS, Â. V.; MORAES, M. L. B.; ALONÇO, A. S. Máquinas para preparo do solo semeadura e adubação. Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO CIVIL

Conteúdos Programáticos:

Geotecnia: mecânica dos solos. Geologia de Engenharia; Fundações. Obras de terra, Contenções e Estabilidade de Taludes. Topografia. Pavimentação. Projeto geométrico de pavimentação. Materiais de construção civil. Tecnologia de obras rodoviárias e de edificações: Estudos preliminares. Anteprojetos e projetos. Uso de ferramentas de informática para a realização de Projetos. AutoCad. Canteiro de obras. Supraestrutura, superestrutura e infraestrutura. Elementos estruturais na construção civil. Alvenarias de vedação e alvenarias estruturais. Esquadrias. Pisos e revestimentos. Pinturas Coberturas, uso de tecnologias para telhados. Impermeabilização na construção. Física aplicada a construção civil. Elementos de conforto das edificações. Saneamento ambiental e urbanização. Abastecimento de água: Demanda e consumo de água. Estimativa de vazões. Adutoras. Estações elevatórias. Esgotamento sanitário. Drenagem pluvial. Instalações hidráulico-sanitárias. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de combate a incêndio. Resistência dos materiais. Teoria das Estruturas. Estruturas isostáticas planas e espaciais. Estudo de cabos. Estruturas em concreto armado, de madeira e estruturas metálicas na construção civil de edificações. Projeto e execução de instalações complementares - Sistemas elétricos de baixa e média tensão, sistemas de lógica, automação e telefonia, sistemas hidrossanitários, incluindo reuso de águas servidas, sistemas de circulação vertical (elevadores e montacargas), sistemas de ar condicionado e ventilação e demais instalações da construção civil. Patologia das edificações, manutenção e reparos. Patologias das pavimentações asfálticas. Planejamento, programação e fiscalização na construção civil de edificações. Gerenciamento na construção civil de edificações. Orçamentos. Cronogramas físico financeiros e de desembolso. Higiene e segurança no trabalho. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Controle de qualidade das obras por meio de ensaios. Plano Diretor Urbano e Ambiental de Canoas. Código de Obras do Município de Canoas. Normas de acessibilidade.

Bibliografia Sugerida:

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- _____. NBR 5626. Instalação predial de água fria. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- _____. NBR 5410 Instalações elétricas em baixa tensão. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. NBR 5419 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas; Rio de Janeiro, 2004.
- _____. NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto. Rio de Janeiro, 2004. Versão com errata atualizada em 2014.
- _____. NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Atualizada em 2005.
- ~~_____. NBR 9061. Segurança de escavação a céu aberto. Rio de Janeiro: ABNT, 1985.~~
- _____. NBR 9062 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. NBR 9077. Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.
- _____. NBR 12693. Sistemas de proteção por extintores de incêndio. Rio de Janeiro: ABNT, 1993.
- _____. NBR 13714 – Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. Rio de Janeiro, 2000.
- ALONSO, Urbano Rodriguez. Dimensionamento de Fundações Profundas. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.
- ALVES, José Dafico. Materiais de construção. Goiânia: UFG, 2006.
- ARAÚJO, José Milton de. Curso de concreto armado. Rio Grande: Dunas, 2003.
- AZEVEDO NETO, J.M.; ALVAREZ G. A. Manual de hidráulica. São Paulo: Edgard Blücher; 2002.
- BAUER, L. A. F. Materiais de construção. Rio de Janeiro: LTC, 2005. Volumes 1 e 2.
- BORGES, A.C. Prática das pequenas construções. Vol. 1. São Paulo: Edgard Blücher. 2002.
- BORGES, Alberto de Campos. Topografia: aplicada a engenharia civil. V.1. São Paulo: Edgar Blücher, 1995.
- BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Manual de projeto de edificações. São Paulo: PINI, 2009.
- BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Manual de primeiros socorros do engenheiro e do arquiteto. São Paulo: Edgar Blücher, 2009.
- BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.
- COSTA, Ennio Cruz da. Física aplicada à construção. São Paulo: Edgar Blücher. 1981.
- COTRIM, Ademaro. Instalações elétricas. São Paulo: Pearson, 2006.
- CREDER Hélio. Instalações elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- _____. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- FIKER, José. Manual de Avaliações e Perícias em Imóveis Urbanos. São Paulo: Pini, 2008.
- GERE, J. Mecânica dos materiais. São Paulo: Thompson Pioneira, 2003.
- GOMIDE, T., PUJADAS, F., FAGUNDES NETO, J. Técnicas de inspeção e manutenção predial. São Paulo: Ed.Pini, 2006.
- GORFIN, Bernardo. Estruturas Isostáticas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979.
- HAMMER, Mark J. Sistemas de abastecimento de água e esgoto. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979.
- LEET K.M. ET.al. Fundamentos da análise estrutural. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.
- MATSUMOTO, Elia Yathie. AutoCAD 2004: fundamentos. São Paulo: Erica, 2003.
- MATTOS A. Como preparar orçamentos de obras. São Paulo: Pini, 2007.
- NEGRISOLI, Manoel E.M. Instalações elétricas. São Paulo: Edgard Blücher, 2009.
- PINTO, Carlos de Sousa. Curso básico de mecânica dos solos: com exercícios resolvidos em 16 aulas. São Paulo: Oficina de Texto, 2002.
- RIPPER, Thomaz. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: UFF, 2009.
- THOMAZ, Ercio. Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção. São Paulo: Pini, 2001.
- SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação Atlas (Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria 3214, de 8 de junho de 1978. São Paulo: Atlas, 2010.
- VELLOSO, Dirceu de Alencar. Fundações. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- VERÇOSA, Enio José. Impermeabilização na construção. Porto Alegre: SAGRA, 1983.
- YASIGI, W. A técnica de edificar. São Paulo: Pini, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO ELETRICISTA

Conteúdos Programáticos:

Circuitos elétricos monofásicos e trifásicos. Eletromagnetismo. Máquinas elétricas e transformadores. Distribuição de energia elétrica. Proteção de sistemas elétricos de potência. Medição de energia elétrica. Qualidade de energia elétrica. Materiais e equipamentos elétricos. Instalações elétricas de Baixa Tensão e Média Tensão. Aterramento e Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas. Eletrônica Analógica e Digital. Eletrônica Industrial. Eletrônica de Potência. Instrumentação. Sistemas de Controle. Segurança em serviços de eletricidade. Normas Regulamentadoras - ABNT NBR 14039: 2005, 5410:2008. MTE NR – 10.

Bibliografia Sugerida:

ABNT NBR 14039: 2005 – Instalações Elétricas De Média Tensão De 1,0 kV A 36,2 kV
ABNT NBR 5410:2008 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão
ABNT NBR 5419: 2005 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas
ABNT NBR 8995: 2013 – Iluminação de ambientes de trabalho.
MTE NR – 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, 2004.
ANEEL - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST – Módulo 8 – Qualidade da Energia Elétrica, 2014.
BALBINOT, Alexandre; Brusamarello, Valner J. Instrumentação e Fundamentos de Medidas. V1. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
CHAPMAN, Stephen. Fundamentos de Máquinas Elétricas, 5ª ed., São Paulo, McGraw Hill, 2013.
COTRIM, Ademaro A. M. B. Instalações Elétricas. 5ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
FRANCHI, Claiton. Acionamentos Elétricos. São Paulo: Editora Érica, 2008.
GUSSOW, Milton. Eletricidade básica. São Paulo: Bookman, 2005.
KAGAN, N.; OLIVEIRA, C.; ROBBIA, E. Introdução aos sistemas de distribuição de energia elétrica. São Paulo: Blucher. 2ª Ed. 2010.
KINDERMANN, Geraldo; Proteção de Sistemas Elétricos de Potência. V1. 3ª Ed., Florianópolis: Ed. do Autor, 2012.
MALVINO, A. BATES, D. Eletrônica Vol. 1 e 2, 7ª ed., São Paulo: MacGraw Hill Brasil, 2008.
MAMEDE FILHO, João. Instalações elétricas industriais. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
NISE, Norman S. Engenharia de sistemas de controle. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
OGATA, Katsuhiko. Engenharia de controle moderno. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
PERTENCE JR., Antonio. Amplificadores operacionais e filtros ativos. Porto Alegre: Bookman, 2003.
RIC-BT: Regulamento de Instalações Consumidoras em Baixa Tensão (CEEE, RGE e AES Sul)
RIC-MT: Regulamento de Instalações Consumidoras – Fornecimento em Média Tensão – Rede de Distribuição Aérea, 2004. (CEEE, RGE e AES Sul)
SADIKU, Matthew N. O. Elementos de Eletromagnetismo, 5ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO MECÂNICO

Conteúdos Programáticos:

Termodinâmica. Estado termodinâmico e propriedades termodinâmicas. Primeira lei e a conservação de energia. Segunda lei aplicada a ciclos e processos. Gases perfeitos. Ciclos teóricos de geração de potência e refrigeração. Mecânica dos Fluidos. Propriedades e natureza dos fluidos. Hidrostática. Equações constitutivas da dinâmica dos fluidos. Análise dimensional e relações de semelhança. escoamento em tubulações. Noções de escoamento compressível em bocais. Resistência dos Materiais. Tração e compressão entre os limites elásticos. Análise das tensões e deformações. Estado plano de tensões. Força cortante e momento fletor. Tensões/deformações em vigas carregadas transversalmente. Problemas de flexão estaticamente indeterminados. Torção e momento torsor. Momento de inércia das figuras planas. Vibrações Mecânicas: Sistemas com um grau de liberdade: vibração livre, vibração forçada periódica, vibração transiente. Sistemas com vários graus de liberdade: matrizes, frequências e modos naturais. Vibração livre e vibração forçada. Transmissão do Calor. Fundamentos e mecanismos de transferência de calor. Abordagem elementar dos processos de condução, convecção e radiação. Princípios de operação dos trocadores de calor. Fundamentos da Dinâmica: Dinâmica das Partículas; Dinâmica de Sistemas de Partículas; Dinâmica do Corpo Rígido. Máquinas de Fluxo. Princípios de funcionamento e operação de, bombas centrífugas, compressores alternativos, compressores centrífugos, compressores axiais, turbinas a vapor e a gás. Aspectos termodinâmicos associados aos processos desenvolvidos por essas máquinas. Influência das condições do serviço efetuado por essas máquinas sobre o desempenho das mesmas e cálculo de potência de operação. Motores de Combustão Interna: Estudo da combustão aplicada a motores. Ciclos ar-combustível e real. Ciclos de Geração de Potência. Conceitos práticos relativos aos ciclos de Rankine e Brayton. Balanço energético e cálculo de eficiência do ciclo. Principais fatores da perda de eficiência. Equipamentos auxiliares para implementação desses ciclos. Corrosão. Corrosão química e eletroquímica. Métodos de proteção anticorrosiva. Seleção de materiais. Fatores gerais de influência na seleção de materiais. Principais materiais metálicos e não-metálicos de uso industrial e respectivas indicações e contra-indicações ao uso. Metalurgia. Estrutura cristalina dos metais. Propriedades mecânicas dos materiais. Transformações de fase. Diagramas de equilíbrio. Ligas ferro-carbono. Tratamentos térmicos. Mecanismos para aumento da resistência mecânica e tenacidade dos aços -carbonos. Soldagem - Metalurgia: Ciclo Térmico, Pré-aquecimento, Pós-aquecimento, Tratamentos Térmicos, Fissuração a quente e decoesão interlamelar. Processos de Soldagem: Soldagem a Gás e Oxicorte; Soldagem Elétrica com Eletrodo Revestido; Processo TIG (“Tungsten Inert Gas”); MIG (“Metal Inert Gas”); Processo MAG (“Metal Active Gas”); Processo Arco Submerso (“Unionmelt”).

Bibliografia Sugerida:

BEER & JONHSON, Mecânica vetorial para engenheiros – dinâmica, SERWAY, R.A. & JEWETT, J. W. Jr., Princípios de Física – Mecânica Clássica – Volume 1 –, 3ª edição, Editora THOMSON, São Paulo, SP, 2004.

ÇENGEL, Y. A. Termodinâmica, 5ª ed. São Paulo: Mc Graw - Hill, 2006.
Hibbeler, R. C.. Estática - Mecânica para Engenharia, 10a edição, Pearson Prentice Hall, 2005.
FOX, Robert W., McDONALD, Alan T. Introdução à Mecânica dos Fluidos. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
MERIAM, J. L. & KRAIGE, L.G., - Mecânica – Dinâmica – 5ª edição, Editora LTC, Rio de Janeiro, RJ, 2004.
Norton, R. I.. Projeto de Máquinas - uma abordagem integrada, 2a edição. Bookman, 2004.
VAN WYLEN G. J, SONNTAG R. E., BORGNACKE C., Fundamentos da Termodinâmica. 6ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.
William D.Callister, Jr; - Fundamentos da Ciência e Engenharia de Materiais - uma abordagem integrada, segunda edição, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO QUÍMICO

Conteúdos Programáticos:

Princípios básicos de Engenharia Química. Relações de composição de misturas. Química. Gases, líquidos, sólidos e soluções. Propriedades físico-químicas. Métodos analíticos. Fenômenos de Transporte. Operações Unitárias. Processos de separação. Aplicações dos princípios ao projeto de equipamentos. escoamento de fluidos e transferência de calor e massa. Equipamentos para transporte e armazenamento de fluidos e sólidos. Equipamentos para transferência de calor e massa. Termodinâmica. Leis da Termodinâmica. Equilíbrio de fases e diagramas de equilíbrio. Equilíbrio de reações químicas. Reatores Químicos. Cinética de reações. Reatores batelada e semi-batelada. Reatores contínuos de tanque agitado e tubular. Análise e projeto de Reatores químicos. Controle. Introdução aos sistemas de controle. Sistemas de primeira e segunda ordem. Resposta e Função de transferência. Controladores e malhas de controle. Estabilidade. Sensores e elementos finais de controle. Materiais. Materiais orgânicos, Materiais metálicos, Materiais cerâmicos, Materiais compostos. Segurança. Normas regulamentares, regulamentadoras e normas técnicas. Materiais perigosos e condições de risco. Segurança em processos. Segurança em sistemas elétricos. Resíduos. Caracterização da periculosidade (classes de resíduos, ensaios de lixiviação). Gerenciamento de resíduos sólidos industriais. Processos de tratamento e disposição final de resíduos. Minimização de resíduos. Incineração de resíduos. Qualidade ambiental. Risco industrial e ambiental. Caracterização geral de efluentes líquidos oriundos de processos industriais, sanitários e mineração. Padrões de emissão. Processos convencionais de tratamento de efluentes. Processos de tratamento de efluentes com ênfase em minimização e reciclagem. Geração e caracterização de emissões gasosas. Limites máximos de emissão. Processos de controle e tratamento de emissões. Processos de minimização de emissões. Processos de Reciclagem. Processo de licenciamento ambiental. Processos de tratamento de água. Processos de tratamento de efluentes líquidos. Tratamento e disposição final de lodos. Legislações de tratamento de água e pertinente à área, bem como suas atualizações. Resoluções CONAMA 369/2006, 420/2009, 436/2011, 13/1990 e 237/1997, Lei Complementar 140/2011. Licenciamento ambiental: conceitos jurídicos, normas e procedimentos. GPS: noções básicas de funcionamento e operação.

Bibliografia Sugerida:

BRAILE, P. M.; CAVALCANTI, J. E. W. A. Manual de tratamento de águas residuárias industriais. São Paulo: CETESB, 1993.
DEMPSEY, C. R.; OPPELT, E. T. Incineração de resíduos perigosos. São Paulo, CETESB, 1996.
FOGLER, H.S. Elementos de Engenharia das Reações Químicas. Rio de Janeiro, Ed. LTC, 2002.
INCROPERA, Frank P.; DEWITT, David P. Fundamentos de transferência de calor e de massa. Rio de Janeiro: LTC, 2003.
PERLINGEIRO, C. A. G. Engenharia de processos. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.
ROCCA, A. C. Resíduos sólidos industriais. São Paulo: CETESB, 1993.
SONNTAG, Richard Edwin; BORGNACKE, C.; VAN WYLEN, Gordon J. Fundamentos da termodinâmica. São Paulo: Edgard Blücher, 2008.
TOMMASI, L. R. Estudo de impacto ambiental. São Paulo: CETESB, 1994.
VAN VLACK, Lawrence H. Princípios de ciência dos materiais. São Paulo: E. Blücher, 2008.
Resoluções CONAMA 357/05, 397/08, 430/11, 274/00, 396/08, CONSEMA 128/06 e 129/06.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Conteúdos Programáticos:

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Higiene do trabalho. Riscos ambientais. Insalubridade. Periculosidade. Ventilação industrial. Riscos químicos. Riscos biológicos. Riscos físicos. Radiações não-ionizantes. Radiações ionizantes. Infrassom. Ultrassom. Pressões normais. Temperaturas extremas. Ruído.

Vibração. Iluminação. Técnicas de uso de equipamentos de medição. Metodologia de medição de agentes físicos, químicos e biológicos. Incêndios. Acidentes de trabalho. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). Inspeção de segurança. Medicina do Trabalho na empresa. Fisiologia humana. Toxicologia. Doenças profissionais. Primeiros socorros. PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional). OHSAS 18.001 (norma mundial que certifica empresas que investem em saúde do trabalhador). PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Ergonomia. Estudo de riscos. Mapeamento de riscos. PPRA. Responsabilidade civil e criminal. Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Instalações Elétricas. Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais. Armazenamento de materiais. CIPA/SIPAT.

Bibliografia Sugerida:

AYRES, Dennis de Oliveira. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.
BINDER, M.C. et al. Árvore de causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho. Editora Limiar, 2000.
BRASIL. Normas Regulamentadoras. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego.
CAMPOS, Armando et al. Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo: SENAC, 2006.
CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008.
DO RIO, Rodrigo Pires; PIRES, Licínia. Ergonomia: fundamentos da prática ergonômica. São Paulo: Editora LTR, 2001.
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Coleção Medicina e Segurança do Trabalho. 2º Vol. Método.
GONZAGA, Paulo. PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário. São Paulo: LTR, 2004.
IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2005.
MANUAL de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.
MAEMO, Maria et al. Lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série A: Normas e manuais técnicos, nº 103).
MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador. São Paulo: LTR, 2003.
OHSAS 18001:2007. Occupational Health and Safety Assessment Series, BSi Brasil Sistemas de Gestão. São Paulo, 2007.
OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. São Caetano do Sul: Yedis, 2011.
OLIVEIRA, Paulo R. Albuquerque de. Uma sistematização sobre a saúde do trabalhador: do exótico ao esotérico. São Paulo: LTr, 2011.
SALIBA, T.M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. Avaliação e controle dos riscos ambientais. São Paulo : LTr., 2006.
SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. São Paulo: LTR, 2004.
SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. São Paulo: LTr, 2007.
SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e Saúde e Segurança Ocupacional (OHSAS 18001): Vantagens da Implantação Integrada. São Paulo: Atlas, 2010.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO DE TRÁFEGO**

Conteúdos Programáticos:

Teoria geral da engenharia de tráfego. Planejamento estratégico de tráfego. Serviços de engenharia de tráfego. Custos econômicos e sociais dos acidentes de trânsito. Gestão estratégica de tráfego. Educação para a segurança no trânsito. Medicina de tráfego e Psicologia do trânsito. Ética e responsabilidade social no trânsito – Direito de trânsito – Marketing social em transporte – Conhecimentos estatísticos e projetos na área de tráfego – Planejamento de transportes de cargas – Logística de acidentes de trânsito – Planejamento viário, a programação de semáforos, a disposição de sinalização, os desenvolvimentos de formas de controle de trânsito, o desenho geométrico para a construção de vias. Programa de Planejamento de Transporte e Circulação. Pesquisas. Paradas de Ônibus. Capacidades. Terminais. Programação e dimensionamento da operação. Informação ao usuário. Programa de Planejamento Urbano. Planejamento urbano x Planejamento de Transporte e Circulação: Planos Diretores específicos e suas principais proposições, Estratégia de mobilidade Urbana. Conhecimentos gerais em AutoCAD até a versão 2010. Legislação de Transporte. Legislação de trânsito e circulação. Diretrizes de transporte público. Diretrizes Cicloviárias. Noções de planejamento Cicloviário. Noções de projetos geométricos e sinalização de ciclovias.

Bibliografia Sugerida:

Aplicação da Engenharia de Tráfego na Segurança dos Pedestres. João Cucci Neto. Dissertação de mestrado. Poli/USP, S.Paulo, SP, 1996.
ABNT. NBR 15320:2005 - Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.

ABNT. NBR 14022:2009 - Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.

ABNT. NBR 15570:2009 - Transporte - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros.

ABNT. NBR nº 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - 31/05/2004 e Errata 1 de 30/12/2005.

AUTOCAD. Ajuda do AutoCAD (Ajuda eletrônica integrada ao Programa).

BRASIL. Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações/atualizações. Brasília, 1997.

BALDAM, Roquemar; OLIVEIRA, Adriano de; COSTA, Lorenço. AUTOCAD 2010 - Utilizando Totalmente. Editora Érica.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 - Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas. Rio de Janeiro, 2010. 392p. (IPR. Publ., 740).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. Caderno 6. Brasília, 2004.

BRASIL. Secretária Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. "Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta. Bicicleta Brasil" - Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades. Brasília, 2007.

BRUTON, Michael J. Introdução ao Planejamento de Transportes. Editora Interciência; Editora da Universidade de São Paulo. Capítulos 1 a 9.

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET. Noções básicas de Engenharia de tráfego. São Paulo. Boletim técnico CET nº 5, 1977.

Departamento de Sistemas de Trânsito e Transporte - Mercedes-Benz do Brasil S.A Sistema de Transporte Coletivo Urbano por ônibus. Cap. 3 e 5. São Paulo, 1987.

GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO URBANO. Instruções básicas. Manual 6: Planejamento de Transporte Público Urbano. 1ª ed. São Paulo, 1992. Volume 2.

GOLD, Philip Anthony. Segurança de Trânsito: Aplicações de Engenharia para reduzir acidentes. Cap. 1, 2, 3, 6 e 7. 1998, BID.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA - IPEA. ANTP. Resolução das deseconomias urbanas com a melhoria de transporte público. São Paulo. Revista dos Transportes Públicos nº 82, ANTP, 1999.

Segurança de Trânsito – Aplicações de Engenharia para Reduzir Acidentes. Philip Anthony Gold. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, 1998 (363.125.G618s).

Circular É Preciso, Viver Não É Preciso. Eduardo Alcântara Vasconcellos. Annablume-Fapesp, S.Paulo, 1999 (388.4131 V331c).

Pesquisas e Levantamentos de Tráfego. São Paulo. Boletim Técnico CET nº 31, 1982. Elaborado por Vasconcellos, Eduardo Alcântara.

Projeto e Implantação de Sinalização Estatigráfica. Notas de aula. Silvana di Bela et al. PECE – Poli/USP, S.Paulo, 1999.

Introdução à Engenharia de Tráfego. Hugo Pietrantônio et al. Poli/USP. S.Paulo, 1999.

Fluxo de Veículos e Capacidade Viária. José Reynaldo A. Setti. Escola de Engenharia de S. Carlos/USP, S.Carlos, 2001.

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - sinalização de áreas escolares. Ministério da Justiça, Denatran, Brasília, DF, 2.000.

Manual brasileiro de sinalização de trânsito:
Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação
Volume II – Sinalização Vertical de Advertência
Volume III – Sinalização Vertical de Indicação
Volume IV – Sinalização Horizontal
Volume V – Sinalização Semafórica
Volume VI – Sinalização de Obras e Dispositivos Auxiliares

Resoluções CONTRAN disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>>

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte e Meio Ambiente.

WRIGHT, Charles. O que é Transporte Público? Braziliense. Coleção Primeiros Passos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ANALISTA MUNICIPAL II - ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

Conteúdos Programáticos:

Normas técnicas (ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 13133/1994; NBR 14166). Escala. Equipamentos de mensuração analógicos e eletrônicos. Levantamentos planimétricos e planialtimétricos. Nivelamento geométrico e trigonométrico. Forma e dimensões da Terra. Divisão da topografia. Alinhamentos e medições diretas de distâncias. Medições angulares. Rumo e Azimute. Cálculos planimétricos e compensações. Conceito de cota, altitude, diferença de nível, declividade. Formas de representar o relevo. Modelo numérico do

terreno – MNT. Plantas topográficas. Softwares gráfico AutoCAD e de geoprocessamento ArcGis. Programas de processamento de dados topográficos. Geoprocessamento. Batimetria. Divisão de áreas, loteamentos e locação de obras. Georreferenciamento de imóveis. Lei nº. 10.267 de 28/08/2001. Tipos de erros. Geoestatística. Pesos nas observações e matriz- variância-covariância. Plantas aerofotogramétricas e topográficas. Ajustamento de observações. Sistemas de referências geodésicos. Coordenadas geodésicas. Sistema de projeção UTM, RTM e LTM. Coordenadas cartesianas. Sistemas geodésicos de referências: SAD-69, WGS-84 e SIRGAS 2000. Sistemas Geográficos de Informações- SIG. Projeções cartográficas. Classificação das projeções cartográficas. Cartografia. Redes Geodésicas de referência. Sistema de Posicionamento por Satélite - GNSS. Sistema NAVSTAR – GPS. Segmentos dos Sistemas. Órbita dos Satélites. Posicionamento Absoluto. Posicionamento Relativo. Diferenças de Fase. Sistema GLONASS e Sistema Galileo. Parcelamento territorial. Desmembramentos. Retificação de imóveis. Contrato de compra e venda. Escritura de posse. Escritura pública. Desapropriação. Cadastro Técnico Multifinalitário e suas aplicações. Plano Diretor Urbano Ambiental de Canoas. Espaço urbano e o planejamento estratégico. Política imobiliária e fundiária e de uso do solo. Peritagem. Aerofotogrametria Analítica e Digital. Sensoriamento Remoto.

Bibliografia Sugerida:

CARNEIRO, A. F. Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis. Porto Alegre: IRIB, 2003.
CASANOVA, Marco Antonio; BRAUNER, Daniela Francisco, CÂMARA, Gilberto; LIMA JUNIOR, Paulo de Oliveira. Integração e interoperabilidade entre fontes de dados Geográficos. In. CÂMARA, Gilberto et. al. (orgs). Geoprocessamento: Teoria e Aplicações. INPE-Ed on-line, 1999.v.1.
ERBA, Diego Alfonso; THUM, Adriane Brill; SILVA, Carlos Augusto Uchoa da. et al. Topografia para estudantes de Arquitetura, Engenharia e Geologia. São Leopoldo-RS. Editora UNISINOS, 2003.
Fotogrametria – Jose Bittencourt de Andrade- 258 pag. 1º Ed. 1999 – SBEE- Curitiba/PR.
GEMAEL, C. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações de Geodésia. 1.ed. Curitiba: UFPR. 319p. 1994.
<http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/educasere/apostila.htm>
http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2005/06.14.12.18/doc/CAP1_ECMoraes.pdf
<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf>
LOCH, Carlos; CORDINI, Jucilei. Topografia contemporânea: planimetria. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. xxvi, 321 p.
MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007. 476 p.
Moreira, Maurício Alves. 2003 Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Meteorologia de aplicação. 2ed., Viçosa:UFV, 307p.
OLIVEIRA, Cêurio de. Curso de cartografia moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993. 152 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - ARQUITETO URBANISTA

Conteúdos Programáticos:

História e Crítica de Arquitetura e Urbanismo. Projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo: metodologia e técnicas. Coordenação modular. Programa de necessidades, estudos de viabilidade técnico-econômica. Serviços públicos e serviços concedidos. Atribuição dos poderes públicos. Projeto de urbanização. Equipamentos e serviços urbanos: necessidades, adequação, tipo, dimensionamento e localização. Controle do uso e da ocupação do solo. Estrutura urbana. Projeto de urbanização. Estatuto da Cidade. Elaboração de Planos Diretores. Desenho Urbano. Legislação de proteção ao patrimônio ambiental e cultural. Planejamento e elaboração de orçamento público. Representação gráfica do Projeto de Arquitetura e Urbanismo. Legislação do exercício profissional do arquiteto. Avaliação Pós-ocupação. Legislação Ambiental. Projetos de instalações prediais: instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias. Tecnologia da construção. Sistemas estruturais. Projeto e adequação dos espaços visando à utilização pela pessoa com deficiência. Prevenção e combate a incêndio. Conforto ambiental (Térmico, Acústico, Lumínico, Ergonômico). Luminotécnica. Instalações de ar condicionado. Especificação de materiais e serviços. Elaboração de orçamentos e controle de obra. Informática aplicada à arquitetura e urbanismo: AutoCAD, Sketch-up. Evolução urbana. Plano Diretor Urbano e Ambiental de Canoas. Código de Obras do Município de Canoas. Padronização das calçadas do município de Canoas.

Bibliografia Sugerida:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6492: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.
_____. NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – Arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.
_____. NBR 9077: saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001.
_____. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

- AZEREDO, Hélio A. de. O edifício e o seu acabamento. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
_____. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.
- BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1979.
- Lei 1214/1968 – Código de Posturas do Município de Canoas.
- Lei 3979/1995 – Código de Obras do Município de Canoas.
- Lei 5341/2008 – Plano Diretor do Município de Canoas.
- _____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993.
- _____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade. Brasília: Senado Federal, 2001.
- Decreto 1420/1993 – Regulamenta o Código de Posturas.
- BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CHING, Francis D.K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- _____. Arquitetura – Forma, espaço e ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CREDER, Hélio. Instalações elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
- _____. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ENGEL, Heinrich. Sistemas estruturais. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
- FRAMPTON, Keneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. São Paulo: Studionobel, 2005.
- GASPAR, João. Sketchup Pro 2013 – passo a passo. São Paulo: Probooks, 2013.
- GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. São Paulo: Pini, 2004.
- MARTINEZ, Alfonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- MASCARÓ, Juan Luiz. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: Masquatro, 2005.
- MASCARÓ, Juan Luiz. O custo das decisões arquitetônicas. Porto Alegre: Masquatro, 2004.
- MASCARÓ, Lucia R. de. Energia na edificação: estratégia para minimizar seu consumo. São Paulo: Projeto, 1991.
- NEUFERT Ernst. Arte De Projetar Em Arquitetura. São Paulo: GGBrasil, 2013.
- RABELLO, Yopanan C. P. A concepção estrutural e a arquitetura. São Paulo: Ziguarte, 2000.
- BALDAM, Roquemar. Autocad 2013 utilizando totalmente. São Paulo: Erica, 2012.
- SILVA, Maria Angélica Covelo; SOUZA, Roberto. Gestão do processo de projeto de edificações. São Paulo: O Nome da Rosa, 2003.
- THOMAZ, Ercio. Tecnologia, gerenciamento e qualidade na construção. São Paulo: Pini, 2001.
- VITRUVIO, Marco P. Da arquitetura. São Paulo: Hucitec, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA MUNICIPAL II - GEÓLOGO

Conteúdos Programáticos:

Geologia estrutural. Mecânica das rochas. Métodos geofísicos e geoquímicos. Geoprocessamento (Fotogeologia, Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográfica). Geoposicionamento (Sistemas de Posicionamento Global). Cartografia. Geologia de engenharia. Hidrogeologia. Mineração. Geologia ambiental. Geomorfologia. Formas de relevo e padrões de drenagem. Estruturação do relevo em função da sua constituição mineralógica/litológica. Diferentes tipos de expressão gráfica das formas de relevo. Estruturas tectônicas: geometria, nomenclatura e classificação de fraturas, falhas, dobras, foliação e lineação; classificação de rochas de falha. Métodos de coleta e interpretação de dados estruturais. Mapas geológicos. Gamaespectrometria; magnetometria; gravimetria; métodos elétricos; método eletromagnético; métodos sísmicos; refração; sismoestratigrafia. Geologia na América do Sul e no Brasil. Panorama geológico mundial. Estruturação e evolução geotectônica da plataforma sulamericana. O embasamento e as coberturas sedimentares da plataforma sulamericana. Bacias sedimentares. Comparação entre as bacias sedimentares: história evolutiva, correlação e recursos minerais e energéticos associados aos sedimentos. As províncias geológicas sulamericanas e sua relação com bens minerais. Lei 12.651/2012 (Código Florestal Federal), Resoluções CONAMA 303/2002, 0369/2006, 420/2009, 43/1999 e 237/1997, Lei Complementar 140/2011. Licenciamento ambiental: conceitos jurídicos, normas e procedimentos. GPS: noções básicas de funcionamento e operação.

Bibliografia Sugerida:

- BERTRAND, B. Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: 2000.
- _____. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: 2001
- BIZZI, L. A., SCHOBENHAUS, C. Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil. Textos, Mapas SIG. Brasília: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2003.

- DARDENNE, M.A. E; SHOBENHAUS, C. Metalogênese do Brasil. Brasília: Ed. UnB, CPRM, 2001.
- FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- [FIORI, Alberto Pio; CARMIGNANI, Luigi. Fundamentos de mecânica dos solos e das rochas: aplicações na estabilidade de taludes. Curitiba: Ed. UFPR, 2009. 602 p. \(Pesquisa: 129\) ISBN 9788573352122](#)
- [FOSSEN, Haakon. Geologia Estrutural. Ed. Oficina de Textos, 2012. 584 p. ISBN 9788579750588.](#)
- GABAGLIA, G.P.R. E MILANI, E.J. Origem e evolução de bacias sedimentares. Rio de Janeiro: Petróleo Brasileiro S.A., 990. 415p.
- GALLAS, J. D. F. 2000. Principais métodos geoeletricos e suas aplicações em prospecção mineral, hidrogeologia, geologia de engenharia e geologia ambiental. Rio Claro, Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- [KEAREY, Philip; BROOKS, Michael; HILL, Ian. Geofísica de exploração. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 438 p. ISBN 9788586238918.](#)
- MANTESSO-NETO, V., BARTORELLI, A., CARNEIRO, C.D.R, E BRITO NEVES, B.B. Geologia do Continente Sul-Americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Beca, 2004.
- MARIA DE ALMEIDA, C.; CÂMARA, G.; MEIRELLES, M. S. P. Geomática- Modelos e aplicações ambientais. Distrito Federal: Embrapa, 2007, 594p.
- NOVO, E. M. L. de M. Sensoriamento remoto- princípios e aplicações. São Paulo: Ed. Blucher, 2008.
- PENTEADO, M.M.. Fundamentos de geomorfologia. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- [POMEROL, Charles; LAGABRIELLE, Yves; RENARD, Maurice; GUILLOT, Stéphane. Princípios de geologia: técnicas, modelos e teorias. 14. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xviii, 1017 p. ISBN 9788565837750.](#)
- ROCHA, C. H. B. GPS de navegação: para mapeadores, trilheiros e navegadores. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 2003. 124 p.
- ROSA, A.R.L. Análise do sinal sísmico. Sociedade Brasileira de Geofísica. 2010.
- ~~SCHOBENHAUS, C., CAMPOS, D.A., DERZE, G.R. E ASMUS, H.E. Geologia do Brasil. Texto explicativo do Mapa Geológico do Brasil e da Área Oceânica Adjacente incluindo Depósitos Minerais. Brasília: DNPM. MME, 1984.~~
- [ROHDE, Geraldo Mario. Geoquímica ambiental e estudos de impacto. 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 159 p. ISBN 9788579750809.](#)
- SILVA, Ardemirio de Barros. Sistemas de Informações Geo-Referenciadas: conceitos e fundamentos. São Paulo: Unicamp, 2003. 240p.
- [TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, Maria C. M. de; FAIRCHILD, Thomas R.; TAOLI, Fábio \(Org.\). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000-2001. viii, 557 p. ISBN 85-86238-14-7.](#)
- XAVIER DA SILVA, J.; ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ESPECIALISTA MUNICIPAL – PROCURADOR MUNICIPAL

Conteúdos Programáticos:-

~~*Direito Constitucional* – Constituição. Poder constituinte. A ordem constitucional vigente. Inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Direitos e garantias individuais e coletivos. Princípios constitucionais. Direito de propriedade. “Habeas corpus”, mandado de segurança, mandado de injunção e “habeas data” e mandado de segurança coletivo. Ação popular e ação civil pública. Direitos sociais e sua efetivação. Direitos constitucionais dos trabalhadores. Organização sindical. Princípios constitucionais do trabalho. Administração pública. Ordem social. Seguridade social. Interesses difusos e coletivos. Da Tributação e do Orçamento. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado.~~

~~*Direito Administrativo* – Administração Pública Brasileira. Ato Administrativo. Contrato Administrativo. Licitação. Serviços Públicos. Administração Indireta. Empresas públicas. Fundações. Entidades paraestatais em geral. Servidores públicos. Responsabilidade civil do Estado. Crimes de licitações. Responsabilidades na Gestão Fiscal. Legislação Estatutária.~~

~~*Direito Civil* – Lei. Conceito, requisitos, classificação e interpretação. Pessoas. Bens. Ato jurídico. Prescrição e decadência. Pessoa física. Personalidade. Modificação. Capacidade. Pessoa jurídica. Posse e propriedade. Direitos reais de garantia. Obrigações. Pagamento. Mora. Contratos. Normas gerais. Compra e venda. Doação. Locação e empreitada. Mandato. Fiança. Inexecução das obrigações. Responsabilidade civil.~~

~~*Direito Processual Civil* – Da jurisdição e da competência. Da ação. Do processo. Dos sujeitos da relação processual. Do pedido. Da resposta do réu. Contestação, exceção e objeção. A carência da ação. Litispendência, conexão e continência de causa. Execuções processuais, incompetência, impedimento e suspeição. Reconvenção. Revelia. Sentença. Natureza jurídica da liquidação. Iniciativa da liquidação. Modalidades da liquidação. Execução. Execução contra a Fazenda Pública. Provas. Da sentença e da coisa julgada. Recursos em geral: conceito, pressupostos e efeitos. Embargos declaratórios. Ação rescisória. Mandado de segurança. Ação cautelar. Liminar. Julgamento conforme estado do processo. Execução contra devedor insolvente. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Incidente de uniformização de jurisprudência.~~

Direito Previdenciário — Seguridade Social. Previdência Social e Saúde. Financiamento da seguridade social. Contribuição. Natureza e regime jurídico. Custeio. Salário contribuição. Benefícios. Carência. Salário-benefício. Benefícios em espécie. Aposentadorias, auxílios, pensão e outros. Tempo de serviço para fins previdenciários. Legislação previdenciária. Legislação institucional do IPERGS. Prestação previdenciária assistencial para servidores e dependentes. IPERGS. FASRS. Licitações e contratos da Administração Pública. Organização funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal. Previdência Social e Saúde. Critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos.

Direito do trabalho e Processo do trabalho: Relações de trabalho: empregado e empregador. Contrato Individual de Trabalho: natureza jurídica; duração; alteração; suspensão e interrupção; nulidade e efeitos; término. Contrato de trabalho com a Administração Pública. Duração e condições de trabalho — jornada, repouso, trabalho extraordinário e trabalho noturno, férias. Condições especiais de trabalho — segurança, higiene e medicina do trabalho; adicionais de periculosidade e insalubridade; trabalho da mulher, da criança e do adolescente. Estabilidade e garantia de emprego. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Fiscalização, autuação e imposição de multas. Recursos. Inscrição e cobrança. Da Justiça do Trabalho. Do Ministério Público do Trabalho. Direito Processual do Trabalho. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades dos atos processuais. Preclusão e perempção. Exceções. Conflitos de jurisdição. Audiências. Provas. Da decisão e sua eficácia. O jus postulandi. Dissídio individual. Privilégios da Fazenda Pública. Aplicação subsidiária do direito comum. Execução. Execução provisória e definitiva. Execução contra a Fazenda Pública. Precatório e intervenção. Recursos no processo trabalhista: espécies; pressupostos de admissibilidade; efeitos. Prescrição. Decadência. CLT — Consolidação das Leis do Trabalho. Previdência. Acidente de Trabalho e Doença Ocupacional. Recursos.

Direito Tributário: Sistema tributário. Conceito e espécies de sistema jurídico. Sistema constitucional tributário: conceito e características. Direito Tributário: conceito, natureza, autonomia e princípios. Tributo: conceito, características, classificações e sua base constitucional. Finalidades da tributação. Espécies tributárias. Classificações. Distinções. Impostos (federal, estaduais e municipais). Taxas. Contribuição de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições especiais (sociais, de intervenção, de interesse das categorias profissionais e econômicas). Contribuição para o custeio da iluminação pública. Competência tributária. Conceito. Características e regras de competência. Classificações. Conflitos. Capacidade tributária ativa. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Princípios tributários. Princípios da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e da proteção da confiança. Princípio da legalidade. Princípio da tipicidade. Princípio da isonomia. Princípio da capacidade contributiva. Princípio da seletividade. Princípio da irretroatividade. Princípio da anterioridade: de exercício e nonagesimal. Princípio do não confisco. Princípios econômicos aplicáveis ao Direito Tributário. Garantias da federação: liberdade de tráfico; uniformidade geográfica da tributação; tributação isonômica da renda dos títulos públicos e dos vencimentos; proibição de isenções heterônomas; não discriminação tributária em razão da procedência ou do destino dos bens. Postulados da proporcionalidade e da razoabilidade no Direito Tributário. Imunidades tributárias. Conceito. Características. Efeitos. Classificações. Distinção com relação à isenção, à alíquota zero e à não incidência. Imunidades gerais à incidência de impostos (art. 150, VI, da Constituição Federal). Imunidades em relação aos impostos específicos. Imunidades de taxas e de contribuições especiais. Imunidades e os deveres instrumentais (obrigações acessórias). Fontes do Direito Tributário. Fontes primárias e secundárias. Constituição Federal. Emenda constitucional. Lei complementar. Funções da lei complementar. Reserva de lei complementar. Diplomas normativos com status de lei complementar. Lei ordinária. Medida provisória. Resolução do Senado Federal. Lei delegada. Decreto legislativo. Tratado e convenção internacional: celebração, recepção, espécies e relações com a legislação interna. Normas complementares. Legislação tributária. Disposições gerais. Vigência, aplicação, interpretação e integração. Obrigação tributária. Disposições gerais. Espécies. Fato gerador. Regra matriz de incidência: elementos. Sujeitos da obrigação tributária. Sujeito ativo. Sujeito passivo. Espécies: contribuinte, responsável, substituto e agente de retenção. Solidariedade. Capacidade tributária passiva. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária: dos sucessores, de terceiros e por infrações. Denúncia espontânea. Norma geral antielusiva. Elisão, evasão e elusão. Crédito tributário. Conceito, natureza e constituição. Lançamento: conceito, natureza, modalidades, efeitos e revisão. Suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito. Decadência e prescrição. Restituição do indébito: repetição e compensação. Transferência do ônus econômico. Garantias e privilégios do crédito tributário. Fraude à execução de créditos tributários. Preferências. Administração tributária. Fiscalização: poderes e limites. Direitos fundamentais dos contribuintes: privacidade, sigilo bancário, livre exercício de atividade e liberdade de concorrência. Dívida Ativa: conceito, características e espécies. Inscrição. Requisitos. Certidão de dívida ativa. Presunção de liquidez e de certeza. Certidões negativas. Impostos Municipais. Código Tributário Municipal. Contencioso administrativo em matéria fiscal. Princípios constitucionais aplicáveis ao processo administrativo: devido processo legal, ampla defesa, contraditório, impessoalidade, legalidade, moralidade e eficiência. Aplicação proporcional e razoável das normas procedimentais. Execução fiscal. Lei nº 6.830/80. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Medida cautelar fiscal. Arrolamento de bens. Ações de iniciativa do contribuinte. Mandado de segurança. Ação declaratória. Ação anulatória. Ação de repetição do indébito. Ação de consignação em pagamento. Ação cautelar. Direito Penal Tributário. Direito Financeiro: conceito, objeto, natureza, autonomia e princípios. Relação com disciplinas afins. Direito Financeiro na Constituição da República. Normas gerais sobre direito financeiro: Lei Federal 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00). Estrutura básica do Sistema Financeiro Nacional e principais funções das entidades participantes. Orçamento. Natureza jurídica e funções. Orçamento impositivo. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Plano plurianual, lei de diretrizes

orçamentárias e lei orçamentária anual. Créditos orçamentários e extra-orçamentários. Controle de constitucionalidade das leis orçamentárias. Gestão e execução orçamentária. Receita pública. Conceito. Classificação. Vinculação de receitas. Renúncia de receitas. Transferências voluntárias. Despesa pública. Conceito. Classificação. Pressupostos. Procedimento. Restos a pagar. Limites. Contingenciamento de dotações. Sistemática de pagamento de precatórios. Alternativas de financiamento da despesa pública. Indicadores de solvência do setor público. Política monetária e fiscal. Investimento público. Empréstimos públicos. Princípios constitucionais. Pressupostos e competências. Dívida pública. Conceito. Definições. Natureza. Classificação. Emissão. Extinção. Limites da dívida e das operações de crédito. Recondição da dívida aos limites. Operações de crédito. Contratação. Vedações. Operações de crédito por antecipação de receita. Operações com o Banco Central. Garantia e contragarantia. Restos a pagar. Contratos. Gestão patrimonial. Disponibilidades de caixa. Preservação do patrimônio público. Empresas controladas pelo setor público. Preços públicos. Contraprestações financeiras pela utilização de bens públicos. Aluguéis. Alienação de bens. Fundos especiais de despesa e investimento. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Controle interno e externo: conceitos, atribuições e relações entre ambos. Regramento constitucional.

Direito Penal: Teoria da Norma Penal: norma penal; fontes de direito penal; interpretação das leis penais; lei penal no tempo; teoria da atividade; lei penal no espaço; conflito aparente de normas; prazos penais. Princípios Constitucionais Penais: princípio da legalidade e princípio da reserva legal; princípio da intervenção mínima e princípio da fragmentariedade; princípio da culpabilidade; princípio da dignidade da pessoa humana; princípio da ofensividade; princípio da insignificância; princípio da adequação social; princípio da proporcionalidade; mandados de criminalização, de descriminalização e despenalização. Teoria Geral do Delito: conceito de delito; classificação das infrações penais; concurso de crimes; conduta punível; ação e omissão; nexa causal; relação de causalidade e resultado; teoria do bem jurídico; iter criminis; desistência voluntária e arrependimento eficaz; consumação e tentativa; crime impossível; concurso de pessoas. Tipicidade: conceito; teoria do tipo penal; tipo de injusto doloso e culposos; elementos subjetivos e objetivos do tipo; erro de tipo. Ilicitude: conceito; ilicitude material e formal; causas legais de justificação; causas supra-legais de justificação; excesso nas causas de justificação. Culpabilidade: conceito; teorias da culpabilidade; elementos da culpabilidade; causas de exclusão da culpabilidade; causas de diminuição da culpabilidade; co-culpabilidade. Condenação criminal e seus efeitos. Ação penal; condições da ação; espécies de ação: ação penal pública incondicionada; ação penal pública condicionada; ação penal privada e ação penal privada subsidiária da pública; decadência do direito de representação e de queixa; composição civil dos danos e transação penal nas infrações de menor potencial ofensivo; suspensão condicional do processo. Extinção da punibilidade: conceito; causas legais de extinção da punibilidade; prescrição. Crimes em espécie: dos crimes contra a honra; dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a saúde pública; dos crimes contra a fé pública — art. 293 até art. 311 do Código Penal; dos crimes contra a administração pública; conceito de funcionário público para fins penais; crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral; crimes praticados por particular contra a Administração em geral — art. 312 até art. 337 do Código Penal; crimes contra a Administração da Justiça — art. 338 até art. 359 do Código Penal; crimes contra as Finanças Públicas — art. 359-A até art. 359-H do Código Penal.

Bibliografia Sugerida:

- ADAMOVIICH, Eduardo Henrique Raymundo Von. Comentários à Consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.
- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRASIL. Lei 4.320/1964 alterações/atualizações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.
- _____. Lei 5.869/1973 e alterações/atualizações. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973.
- _____. Lei 6.830/1980 e alterações /atualizações. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Brasília, 1980.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Lei 8.397/1992 e alterações/atualizações. Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências. Brasília, 1992.
- _____. Lei 8.666/1993 e alterações/atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.
- _____. Lei 10.406/2002 e alterações/atualizações. Institui o Código Civil. Brasília, 2002.
- _____. Lei 1783/1977, Dispõe Sobre o Código Tributário Municipal e dá Normas de Direito Tributário Aplicáveis ao Município. Canoas, 1977.
- _____. Emenda Constitucional 41/2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2003.
- _____. Emenda Constitucional nº 47/2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Brasília, 2005.
- _____. Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Código Nacional Tributário e Consolidação das Leis do Trabalho.

- ~~_____~~. Emenda Constitucional 70/2012. Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional. Brasília, 2012.
- CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito. Regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos. Curitiba: Juruá, 2012.
- CASTRO, Carlos A. Pereira de et al. Manual de Direito Previdenciário. Santa Catarina: Conceito Editorial, 2010.
- DAL BIANCO, Dânae. Princípios constitucionais da Previdência Social. São Paulo: LTr, 2011.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2010.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.
- DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011.
- GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2011.
- JUSTEM FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2010.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MEIRELLES, Holy Lopes. Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2011.
- NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código civil comentado — e legislação processual civil em vigor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Tratado de direito processual do trabalho, volume I e II. São Paulo: LTr, 2008.
- OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por Acidente de Trabalho ou Doença Ocupacional. São Paulo: LTr, 2008.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei 6.537, de fevereiro de 1973. Dispõe sobre o procedimento tributário administrativo e dá outras providências. Porto Alegre, 1973.
- ~~_____~~. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e suas alterações/atualizações. Porto Alegre, 1989.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais — Diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- SANTOS, Enoque Ribeiro. Responsabilidade objetiva e subjetiva de empregador em face do Novo Código Civil. São Paulo: LTr, 2008.
- SILVA, José Affonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2011.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ESPECIALISTA MUNICIPAL - ESPECIALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Conteúdos Programáticos:

História da organização do sistema de saúde no Brasil e seus principais marcos históricos. O Processo da Reforma Sanitária Brasileira e seus efeitos na constituição e organização do sistema de saúde brasileiro. Participação das instituições governamentais, da sociedade organizada e das entidades de trabalhadores da saúde. Organizações sociais e movimentos da sociedade na construção de diretrizes do sistema de saúde brasileiro. O Controle Social: Comissões bi-partite, tri-partite; Conselhos e colegiados de Saúde; Conferências de Saúde. Dispositivos legais das políticas de saúde. O Sistema Único de Saúde – princípios, conceitos e diretrizes. Regionalização e Hierarquização. Gestão colegiada. Participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde. O marco legal do sistema de saúde brasileiro. Dispositivos constitucionais. Parâmetros de cobertura assistencial. A organização da rede de atenção à saúde. Política Nacional de atenção às urgências. Política Nacional de atenção básica. A Estratégia de Saúde da Família. Vigilância em saúde. Vigilância Epidemiológica. Política Nacional de educação permanente em saúde. Planejamento em Saúde. Planejamento Estratégico. PlanejaSUS. Sistema de Planejamento do SUS: Instrumentos básicos; arcabouço legislativo do planejamento; monitoramento e avaliação; objetivos, diretrizes e metas. Plano Nacional de Saúde. Plano Municipal de Saúde do Município de Canoas. A seguridade social. O financiamento da saúde. Os desafios dos sistemas de saúde. Estudos comparadas de sistemas de saúde e as tendências internacionais. Gestão em Saúde Pública. Gestão administrativa, financeira e orçamentária, prestação de contas, contrapartidas e planos de trabalho. O processo de contratualização dos serviços de saúde: contrato de gestão e plano operativo. Programação Pactuada e Integrada da Assistência à Saúde. Regulação de Ações e Serviços de Saúde. Análise de Condicionantes e Determinantes Sociais e de saúde. Gestão de recursos físicos e tecnológicos em saúde.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

_____, Lei Federal nº 6259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, sobre o programa nacional de imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências. Brasília, 1975.

_____, Lei Federal nº. 8078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. 1990.

_____, Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e outras providências. Brasília, 1990.

_____, Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____, Lei Federal nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____, Lei Federal nº. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001.

_____, Lei Federal nº 141, de 16 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Brasília, 2012.

_____, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Atenção Primária e Promoção da Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2007. 232 p. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 8)

_____, Ministério da Saúde. Portaria n.º 1101 de 12 de junho de 2002. Estabelecer, na forma do Anexo desta Portaria, os parâmetros de cobertura assistencial no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, 2002.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2010.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Brasília, 2011.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011 Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, 2011.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 252, de 20 de fevereiro de 2013. Institui a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS. Brasília, 2013.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 1.378, de 09 de julho de 2013 que Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2013.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 3.089, de 11 de dezembro de 2013 Redefine a lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e as respectivas regras e critérios para sua definição. Brasília, 2013.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 278, de 27 de fevereiro de 2014. Institui diretrizes para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS). Brasília, 2014.

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p. : – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13)

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - 7 ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 816p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS : Uma construção coletiva : organização e funcionamento / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 100 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 1)

_____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS : Uma construção coletiva : instrumentos básicos / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 2)

_____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de

- Planejamento do SUS : Uma construção coletiva : estudo sobre o arcabouço legislativo do planejamento da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2007. 114 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 3)
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS : Uma construção coletiva : Avaliação do desenvolvimento do Plano Nacional de Saúde – 2004/2007: Um pacto pela saúde no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2007. 72 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 4)
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS : Uma construção coletiva: perfil da atividade do planejamento no Sistema Único de Saúde: resultados da pesquisa – esfera municipal / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 142 p. : il. - (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 5)
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS : Uma construção coletiva: orientações gerais para elaboração de instrumentos de planejamento: Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão : estrutura e conteúdo / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 32 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 6)
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS: Uma construção coletiva: formulação de políticas específicas de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 28 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 7)
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS : Uma construção coletiva: monitoramento e avaliação: processo de formulação, conteúdo e uso dos instrumentos do PlanejaSUS / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 76 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento, v. 8)
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS : Uma construção coletiva: Plano Nacional de Saúde (PNS) 2008/2009-2011 / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 168 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 9)
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Cadernos de Diretrizes, Objetivos e Metas e Indicadores: 2013-2015 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. 2º ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 154 p.: il. (Série Articulação Interfederativa; v.1).
- _____, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Guia para Elaboração do Contrato Organizativo da Ação Pública: construindo o COAP passo a passo / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. 1º ed., reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 56 p.: il. (Série Articulação Interfederativa; v.3).
- _____, Conselho Nacional de Saúde. Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB/RH-SUS). 3.ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.
- _____, Conselho Nacional de Saúde. 3A Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: trabalhadores de saúde e a saúde de todos os brasileiros: práticas de trabalho, gestão, formação e participação. Base. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 2005e.
- _____, A construção do SUS: história da reforma sanitária e do processo participativo/Vicente de Paula Faleiros. et al. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006a. (Série I História da saúde no Brasil).
- _____, O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006b.
- ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, I C. de H. C. Promoção da Saúde. Cidades/Municípios saudáveis: propostas de articulação entre saúde e ambiente. In: MINAYO, M. C. de S., MIRANDA, A. de C. (Orgs.). Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- ANDRADE, Selma Maffei de; SOARES, DarliAntonio; CORDONI JR., Luiz (Orgs). – Bases da Saúde Coletiva – Editora UEL (ISBN: 85-7216-319-0)
- As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil. / Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. 220p. il., tab., graf. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/causas-sociais-das-iniquidades-em-sa%C3%BAde-no-brasil>>
- CAMARGO JR, K.R. As armadilhas da “concepção positiva de saúde”. Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 63-76, 2007.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JR., Marcos; CARVALHO, Yara Maria (Orgs). – Tratado de Saúde Coletiva. – Editora Hucitec / Fiocruz, 2006 (ISBN: 85-271-0704-X)
- _____, Gastão Wagner de Souza. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência e saúde coletiva, vol. 5, n. 2, 2000.
- CECCIM, Ricardo Burg, FERLA, Alcindo Antônio. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de

- fronteiras. Trab. educ. saúde [online]. 2008, vol.6, n.3, pp. 443-456. ISSN 1981-7746.
- _____. R.B.; FEUERWERKER L.C.M.; O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: revista de saúde coletiva*, v. 14, n. 1, p.41-65, 2004.
- FLEURY, S. Reforma do Estado, Segurança Social e Saúde no Brasil. In: MATTA, G.C.; LIMA, J.C.F. (org.). Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em vinte anos do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 49-87.
- FOUCAULT, Michael – O nascimento da clínica. Editora FORENSE. São Paulo: 2011.
- GIACOMONI, J. ; PAGNUSSAT, J. L.; (organizadores). Planejamento e orçamento governamental; coletânea. Brasília: ENAP - v.1., cap. II, p. 115-144, 2006.
- GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José de Carvalho; CARVALHO, Antonio Ivo de Carvalho (orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2ª Edição. 2012.
- HARTZ, Z. M. A. ; SILVA, L. M. V. (organizadoras). Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Salvador; EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 275 p. :il.
- HOCHMAN G, ARRETCHÉ M, MARQUES E organizadores. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 173-204.
- LIMA, N.T.; GERSCHMAN, S., EDLER, F.C. & organizadores. Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MACHADO, C.V.; BAPTISTA, T.W.F.; LIMA, L.D. & organizadores. Políticas públicas no Brasil: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- MENDES, E. V. . As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Panamericana da Saúde, 2011. 549p.: il.
- _____. A organização da saúde no nível local. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.
- MERHY, E.E.; Saúde: cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____, Emerson Elias. A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. Rio de Janeiro. UFF. 2006.
- NASCIMENTO, V. B.; SUS: pacto federativo e gestão pública. São Paulo: Hucitec, 2007.
- PAIM, Jarnilson Silva – O que é o SUS? – Editora Fiocruz (ISBN: 978-85-7541-185-8)
- _____, Jarnilson; TRAVASSOS, Claudia, ALMEIDA, Célia; BAHIA, Ligia, MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. *Revista The Lancet*. 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Plano Municipal de Saúde 2014 – 2017. Canoas, 2014.
- SANTOS, L.. SUS e a Lei Complementar 141 comentada. 2ª Ed. . Campinas, SP: Saberes Editora, 2012.
- SANTOS, N.R.; AMARANTE, P.D.C. & organizadores. Gestão pública e relação público-privado na saúde. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.
- _____, N.R; SUS: política pública de Estado, seu desenvolvimento instituído e instituinte e a busca de saídas. *Ciência & saúde coletiva*, v. 18, n. 1, p. 273-280, 2014.
- SCLIAR, Moacyr. Do mágico ao social: a trajetória da Saúde Pública. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.
- SILVA, S. F. (organizador); CARVALHO, G. et al. Redes de Atenção à Saúde: desafios da regionalização do SUS. Campinas, SP: Saberes Editora, 2013.
- SOUZA, L. E. P. F.de; CONTANDRIOPOULOS, A.P.. O uso de pesquisas na formulação de política de saúde: obstáculo e estratégias. *CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p.546-554, mar./abr. 2004.
- TEIXEIRA, Carmem (organizador). Planejamento em saúde: conceitos métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010.
- TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S.; VILASBÔAS, A. L. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. *Inf. epidemiol. SUS*, 7(2):7-28, abr.-jun. 1998. ilus.
- VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cad. Saúde Pública* vol.14 suppl.2 Rio de Janeiro 1998.
- VAUGHAN, J.P.; MORROW, R.H.; Epidemiologia para os municípios. Rio de Janeiro: Hucitec, 2000.

Anexo VI – Tabela de Subsídios

Cargos/Ocupações – Analista Municipal I

Classe Grau	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	3.887,40	3.965,15	4.042,90	4.120,64	4.198,39	4.276,14	4.353,89	4.431,64	4.509,38	4.587,13	4.664,88	4.742,63	4.820,38
II	4.042,90	4.120,64	4.198,39	4.276,14	4.353,89	4.431,64	4.509,38	4.587,13	4.664,88	4.742,63	4.820,38	4.898,12	4.975,87
III	4.198,39	4.276,14	4.353,89	4.431,64	4.509,38	4.587,13	4.664,88	4.742,63	4.820,38	4.898,12	4.975,87	5.053,62	5.131,37
IV	4.353,89	4.431,64	4.509,38	4.587,13	4.664,88	4.742,63	4.820,38	4.898,12	4.975,87	5.053,62	5.131,37	5.209,12	5.286,86
V	4.509,38	4.587,13	4.664,88	4.742,63	4.820,38	4.898,12	4.975,87	5.053,62	5.131,37	5.209,12	5.286,86	5.364,61	5.442,36
VI	4.664,88	4.742,63	4.820,38	4.898,12	4.975,87	5.053,62	5.131,37	5.209,12	5.286,86	5.364,61	5.442,36	5.520,11	5.597,86
VII	4.820,38	4.898,12	4.975,87	5.053,62	5.131,37	5.209,12	5.286,86	5.364,61	5.442,36	5.520,11	5.597,86	5.675,60	5.753,35

Cargos/Ocupações – Analista Municipal II

Classe Grau	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	7.672,50	7.825,95	7.979,40	8.132,85	8.286,30	8.439,75	8.593,20	8.746,65	8.900,10	9.053,55	9.207,00	9.360,45	9.513,90
II	7.979,40	8.132,85	8.286,30	8.439,75	8.593,20	8.746,65	8.900,10	9.053,55	9.207,00	9.360,45	9.513,90	9.667,35	9.820,80
III	8.286,30	8.439,75	8.593,20	8.746,65	8.900,10	9.053,55	9.207,00	9.360,45	9.513,90	9.667,35	9.820,80	9.974,25	10.127,70
IV	8.593,20	8.746,65	8.900,10	9.053,55	9.207,00	9.360,45	9.513,90	9.667,35	9.820,80	9.974,25	10.127,70	10.281,15	10.434,60
V	8.900,10	9.053,55	9.207,00	9.360,45	9.513,90	9.667,35	9.820,80	9.974,25	10.127,70	10.281,15	10.434,60	10.588,05	10.741,50
VI	9.207,00	9.360,45	9.513,90	9.667,35	9.820,80	9.974,25	10.127,70	10.281,15	10.434,60	10.588,05	10.741,50	10.894,95	11.048,40
VII	9.513,90	9.667,35	9.820,80	9.974,25	10.127,70	10.281,15	10.434,60	10.588,05	10.741,50	10.894,95	11.048,40	11.201,85	11.355,30

Cargos/Ocupações – Especialista Municipal

Classe Grau	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	10.741,50	10.956,33	11.171,16	11.385,99	11.600,82	11.815,65	12.030,48	12.245,31	12.460,14	12.674,97	12.889,80	13.104,63	13.319,46
II	11.171,16	11.385,99	11.600,82	11.815,65	12.030,48	12.245,31	12.460,14	12.674,97	12.889,80	13.104,63	13.319,46	13.534,29	13.749,12
III	11.600,82	11.815,65	12.030,48	12.245,31	12.460,14	12.674,97	12.889,80	13.104,63	13.319,46	13.534,29	13.749,12	13.963,95	14.178,78
IV	12.030,48	12.245,31	12.460,14	12.674,97	12.889,80	13.104,63	13.319,46	13.534,29	13.749,12	13.963,95	14.178,78	14.393,61	14.608,44
V	12.460,14	12.674,97	12.889,80	13.104,63	13.319,46	13.534,29	13.749,12	13.963,95	14.178,78	14.393,61	14.608,44	14.823,27	15.038,10
VI	12.889,80	13.104,63	13.319,46	13.534,29	13.749,12	13.963,95	14.178,78	14.393,61	14.608,44	14.823,27	15.038,10	15.252,93	15.467,76
VII	13.319,46	13.534,29	13.749,12	13.963,95	14.178,78	14.393,61	14.608,44	14.823,27	15.038,10	15.252,93	15.467,76	15.682,59	15.897,42